

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

MARLENE APARECIDA BARCHI DIB

“A EDUCAÇÃO CRISTÃ DE MEU FILHO”:
UMA REFLEXÃO SOBRE A CRISE CAROLÍNGIA DO SÉCULO IX.

MARLENE APARECIDA BARCHI DIB

**“A EDUCAÇÃO CRISTÃ DE MEU FILHO”:
UMA REFLEXÃO SOBRE A CRISE CAROLÍNGIA DO SÉCULO IX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, Área de concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Educação sob a orientação da Prof^a Dr^a Terezinha Oliveira.

Maringá

2005

MARLENE APARECIDA BARCHI DIB

**“A EDUCAÇÃO CRISTÃ DE MEU FILHO”:
UMA REFLEXÃO SOBRE A CRISE CAROLÍNGIA DO SÉCULO IX**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Profª Drª Terezinha Oliveira. (Orientadora)

Profª Drª Angelita Marques Visalli. (Examinador)

Profª Drª Ivana Guilherme Símilli. (Examinador)

Profª Drª Célia Ferreira de Carvalho Penço. (Suplente)

Profª Drª Rute Izumi Setogute. (Suplente)

Maringá, março de 2005.

.. Assim é que os acontecimentos, as crises sociais, os diversos estados pelos quais passou a sociedade; só nos interessam quando tem relações com o desenvolvimento da civilização e tão somente teremos de examiná-la para saber como desajudaram ou favoreceram a civilização, o que lhe deram e o que lhe recusaram...

(Guizot, 1907, p. 01)

Dedico este trabalho com muito carinho às pessoas que me fizeram ver que só a coragem no caminhar é que faz com que o caminho se realize.

A Deus pelas bênçãos e proteção recebidas.

Aos meus pais Basílio Barchi e Maria José de Pontes Barchi por me ensinarem a ser pessoa e a valorizar a verdadeira essência da vida.

Aos meus filhos Marina e Fábio pela compreensão, amor e paciência dispensados nos momentos de minha ausência.

Ao meu marido Jorge, pelo apoio, estímulo, amor e companheirismo para que esta conquista se realizasse.

AGRADECIMENTOS

A Profª Drª Terezinha Oliveira, orientadora e amiga, pela credibilidade, dedicação em suavizar com seu espírito de prontidão minhas limitações e pela competência ímpar em suas orientações.

A Profª Drª Angelita Visalli, pelas sugestões propostas no exame de qualificação.

A Profª Drª Ivana Símilli, que me fez perceber a perfeição nos pequenos detalhes.

A Profª Drª Célia F. de C. Penço, amiga a qual me espelho pela sua sabedoria.

Ao Profº Dr. José Luiz Guimarães, que por meio de suas discussões, me estimulou ao caminho da pesquisa.

Ao Profº Dr. Fernando Teixeira, pelas sugestões e incentivo nesta caminhada.

Aos meus queridos irmãos Basílio, Magali e Adriana que sempre torceram pelo meu sucesso.

Ao Profº Cleomenes José Santana, pelo apoio, amizade, e reconhecimento de meu esforço, com o qual compartilho momentos de reflexão e descontração.

Aos ATPs da Diretoria de Ensino de Assis que, nos momentos mais difíceis de minha caminhada, souberam me ouvir, colaborar e compartilhar.

Aos Supervisores de Ensino da Diretoria de Assis pelo exemplo de sabedoria.

Às amigas Célia Bergamasco, Valéria Basílio e Rita Rabelo pelo auxílio nas traduções, sugestões e empréstimo de materiais.

Ao Hugo e à Márcia, funcionários da pós-graduação pelo carinho e atenção dispensados.

A Priscila David pelo auxílio às fontes bibliográficas.

Aos amigos Mateus Spinelli e Evandro Silveira pelo apoio técnico.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a obra *La educacion cristiana de mi hijo*, escrita por Dhuoda em meados do século IX e que, de um modo geral, expressa a crise do Império Carolíngio. Fez parte da análise centrar nossa atenção em alguns dos elementos da medievalidade feudal que permeavam as relações entre os homens, em especial a fidelidade, pois a este aspecto a autora dá especial destaque. A obra de Dhuoda tem as características pedagógicas de um Espelho de Príncipe Medieval, ou seja, é um Manual de conduta ética e social. Por ser de autoria feminina, nobre, e ter como destinatário o próprio filho da autora, o Manual de Dhuoda é singular. O projeto pedagógico desta mulher é apresentar uma proposta educacional cristã calcada na formação aristocrática e nobre de seu filho e, em plena desintegração do Império Carolíngio e início do feudalismo, educar Guilherme segundo as normas vigentes daquela sociedade. Assim, a partir de um estudo do contexto político, social e econômico predominante no período medieval e da influência da Igreja no comportamento dos homens, concluímos que a fidelidade era um preceito norteador da sociedade medieval.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Transformação Social, Dhuoda, Fidelidade, Idade Média.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the work “The Christian Education of my Son”, written by Dhuoda around the IXth Century. From then on, we focus our attention in one of the elements of the Middle Ages, which crossed the relationship among people: the faithfulness. At that time, when the feudalism got stronger in Western Europe, the Medioeval woman played an important role in the education, teaching good manners, values, beliefs and rules of the good behaviour. Through the handbook to her son, Dhuoda expresses the crisis lived by the Carolingian Empire. In the process of decadence of this Empire, this mother tries to teach her son William the moral values and behaviours which, according to her, could rid that society of the evident ruin. The singularity of Dhuoda’s handbook, lies in the fact of her being a noble female author, whose receiver is her own son. In the handbook, considered a “speculum” or a prince’s mirror, Dhuoda presents to her son a series of advices, exhortations, analogies and rules of behaviour, mainly fundamented in the biblical teachings. In order to understand the concept of faithfulness exposed by the author, which is our main goal, we analyze the predominant political, social and economical contexts, and the influence of the church in the behaviour of the men. We concluded that faithfulness was a guiding rule to the Medioeval Society. According to this, Dhuoda advices her son, referring to faithfulness as the main virtue of a noble man.

KEY WORDS: Education, Transformation, Dhuoda, Faithfulness, Middle Ages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. _____	p. 10
CAPÍTULO 1- CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEDIEVO OCIDENTAL EM MEADOS DO SÉCULO IX _____	p. 26
CAPÍTULO 2- O MANUAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, SOB A ÓTICA DE DIVERSOS HISTORIADORES. _____	p.73
CAPÍTULO 3- LA EDUCACIÓN CRISTIANA DE MI HIJO _____	p. 96
CONSIDERAÇÕES FINAIS. _____	p. 125
REFERÊNCIAS. _____	p. 129
ANEXO _____	p. 134

FIGURAS

Figura 1 _____	p. 28
----------------	-------

Figura 2	p. 30
Figura 3	p. 32
Figura 4	p. 34
Figura 5	p. 37
Figura 6	p. 40
Figura 7	p. 41
Figura 8	p. 42
Figura 9	p. 43
Figura 10	p. 44
Figura 11	p. 135
Figura 12	p. 136
Figura 13	p. 137

INTRODUÇÃO

Propomos em nosso trabalho, analisar a obra *La Educacion cristiana de mi hijo*, escrita por Dhuoda em meados do século IX. Priorizando os aspectos educacionais preconizados pela autora daremos especial atenção à questão da fidelidade que ela considera fundamental na educação de um nobre. Intentamos, neste sentido, mostrar a fidelidade como prática imprescindível na formação do

indivíduo, numa época em que o cristianismo influenciou significativamente a vida e a educação dos homens.

Para nos posicionarmos com relação à educação, partimos dos pressupostos teóricos descritos no artigo 1º, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o qual se refere à educação como uma prática abrangente dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. É, pois, nesse sentido que o *Manual* de Dhuoda pode ser considerado uma proposta pedagógica.

Neste contexto, consideramos a educação como uma ação a ser construída em conjunto pelas gerações adultas e jovens; cabendo aos adultos a orientação aos jovens no que se refere às necessidades, ideais e costumes de uma determinada sociedade. Assim, entendemos que o processo educacional é desenvolvido não só no ambiente escolar, mas, onde quer que haja relações interpessoais; ela é um mecanismo inerente ao processo de inserção dos indivíduos nos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade.

Para ilustrar a importância da educação na vida do homem, recorreremos a uma das fábulas de La Fontaine (1992), chamada “O lavrador e seus filhos”: [...] Evitai (disse o lavrador) vender a herança que de nossos pais veio. Ela esconde um tesouro em seu seio.

Assim é a educação, ou seja, ela é tudo o que a humanidade aprendeu acerca de si mesma. Parafraseando o poeta, podemos dar o seguinte sentido à sua fábula: “Mas ao morrer, o sábio pai fez-lhe esta confissão: - A riqueza está na educação”. Podemos inferir que é por meio da educação é que se adquire o sentimento de pertencimento a uma sociedade, independente do tempo e do espaço.

Partindo do pensamento de La Fontaine e considerando a educação como ação primordial para a construção de uma sociedade, podemos inferir que os homens são educados a partir dos valores, hábitos e costumes que se acredita serem os mais corretos. Esses valores, hábitos e costumes ao tornarem-se um paradigma para determinada sociedade são seguidos e praticados pelos homens como regra de comportamento.

Dhuoda apoiou-se no modelo de homem ideal do período em que viveu. Ela demonstra, no decorrer de seus escritos, sua preocupação em formar seu filho de acordo com as exigências daquela sociedade, na qual a fidelidade era uma prática que incluía e até manteria os jovens junto à nobreza real.

Dhuoda valoriza a educação por isso redige um *Manual* repleto de regras, conselhos e exortações, cuja finalidade é orientar Guilherme na sua formação aristocrática. Para Nunes (1979), o *Manual* é uma espécie de *Espelho de Príncipe*, um tipo de obra comum no século IX. Por meio dele Dhuoda planeja instruir seu filho

nos deveres espirituais e morais de seu tempo, fundamentando seus conselhos na moral e na ética cristã.

[...] essas obras eram repletas de educação moral e religiosa, por meio das quais, a Igreja cuidava de formar moralmente nobres e leigos, recomendando-lhes a prática da justiça e o exercício das virtudes cristãs (NUNES, 1979, p.163).

Essas obras comprovam o importante papel desempenhado pela Igreja naquele momento histórico, a qual, por meio de manuais do estilo *Espelho de Príncipe*, disseminava seus ensinamentos tanto entre pessoas da nobreza como entre leigos. Seu objetivo era ditar normas de comportamento que tornassem essas pessoas um modelo de príncipe, ou seja, mostrar aos homens a necessidade de se formar um ser humano virtuoso, tanto nas questões religiosas como aristocráticas.

Podemos observar que a adoção deste gênero literário foi um marco importante para a educação daquela sociedade, pois, de acordo com Nunes,

[...] o *Manual* de Dhuoda se assemelha aos Espelhos escritos por Alcuino, Paulino de Aquileia, Jonas de Orleães e Hincmar, principalmente, quando ela trata dos vícios e virtudes, na quarta parte do *Manual* (NUNES, 1979, p. 164).

A intenção desses autores eclesiásticos não era outra senão orientar os governantes a incorporarem, em seus relacionamentos cotidianos, hábitos e comportamentos baseados nas práticas e valores cristãos.

Segundo Rodrigues (2002), Martinho, bispo bracarense, dedicou a Miro, rei dos suevos, quatro obras, nas quais considerava valores morais como eminentemente humanos, e, posteriormente, enfatizando valores cristãos, elaborou um conjunto que reunia e comentava as principais virtudes que um governante deveria possuir, indicando os vícios mais usuais e destacando as desvantagens que a prática destes poderia trazer. Para a autora, de um lado, Martinho realça a prudência, a magnanimidade, a continência, a justiça e a humildade e, de outro, recebem especial lembrança a arrogância e a vaidade. Ainda segundo a mesma autora, os escritos do gênero Espelhos preconizavam que o poder dos governantes tem procedência divina e que o rei deve ser um instrumento da vontade de Deus, sendo um exemplo aos habitantes do reino. Assim, teria que se construir como um homem integral, ou seja, com qualidades concernentes à sua vida privada e pública. Podemos ressaltar que a formulação de um padrão de monarca ideal vinculou-se à expectativa de apresentar aos reis um perfil idealizado ao qual eles deveriam se adequar.

Este gênero literário, comumente dirigido pela Igreja aos reis, continha regras de educação moral e religiosa, muitas vezes usados como recurso para sedimentar a reconciliação entre pai e filho ou evitar conflitos entre os membros da família imperial, conflitos estes que gerariam inúmeros prejuízos à população do Império e da Igreja. Por meio desses manuais que se apresentavam como guias de orientação política, de educação moral e literária para os jovens aristocratas, a Igreja cuidava de formar moralmente os homens.

A preocupação de educar os príncipes era uma marca da Idade Média. A construção da imagem de um rei sábio era uma prática constante no período medieval e a constante reflexão a respeito do exercício da monarquia transformou-a, aos poucos, num *ofício de rei* (LE GOFF, 1999, p. 93).

Podemos inferir que este “ofício aprendido”, com uma característica própria, foi lentamente construído por meio da transmissão didática de uma literatura erudita voltada à educação ética do governante. A linguagem própria dos Espelhos é a de uma exortação moral, fundamentada nos sermões dos padres da Igreja e direcionada para a educação régia. Por meio da educação virtuosa, o rei deveria ser o espelho de uma vida honrosa, a qual pudesse ser contemplada pelos súditos como um modelo de perfeição que os conduziria ao reino celeste.

Embora Ricardo da Costa trate de um período posterior ao do Manual de Dhuoda em seu artigo intitulado “Um Espelho de Príncipe e Profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti”, também nos mostra o papel desses Espelhos na cultura medieval. Segundo ele, no período medieval, os Espelhos de Príncipe foram expressos tanto pela literatura como pelas artes visuais ou pictóricas e analisa, como exemplo artístico desta oposição entre virtudes e vícios, a proposta alegórica e intelectual dos afrescos do bom e do mau Governo que Ambrogio Lorenzetti (1290-1348?) pintou nas paredes do Palácio Comunal de Siena nos anos 1337-1340 (Sala dei Nove).

A intenção de Lorenzetti, segundo Costa, era elaborar uma filosofia teológico-política que metaforicamente interligava a figura do rei ao reino. Para Costa, nesta projeção idealizada, o rei seria a encarnação do próprio reino. Neste contexto, o rei deveria olhar para si mesmo, para esse real espelho interior, atitude que o ungia, fazendo-o vencer seus vícios pessoais e também os vícios de seu ofício. Vencendo-os, educava-se com as virtudes cristãs. Educando-se, passava então a ser um instrumento de salvação de si, do reino e dos súditos.

Segundo Rodrigues e Costa, com Martinho (520-?), os Espelhos foram compostos desde o início da Idade Média.

Outro autor que contribui para que entendamos as intenções das obras no estilo “*Espelhos de Príncipe*” é Lauand. Ele afirma que no período medieval estas obras de espiritualidade eram o retrato de um comportamento ideal. Para ele,

[...] na época carolíngia, *Manual* é sinônimo de *Espelho*, no sentido em que a própria Dhuoda o diz em seu prefácio: [...] encontrarás, filho, neste livro um espelho em que poderás contemplar a saúde de tua alma. [...] o espelho é um gênero literário que traça o retrato de um ideal, especialmente o ideal moral (LAUAND, 1986, p.122).

Às características dos espelhos que, conforme Lauand, são observáveis no Manual de Dhuoda, podemos acrescentar seu caráter pessoal e autobiográfico, uma vez que a autora refere-se a si própria e aos membros de sua família.

Os conselhos de Dhuoda não se reduzem a um tratado sobre a moral ou a espiritualidade, mas visam também à formação geral do homem, ou seja, uma educação voltada para regras básicas de convivência entre os homens. Neste sentido, consideramos a necessidade de analisar e compreender a educação do século IX a partir do contexto histórico, pois não é possível entender os propósitos ou ideais educacionais de uma época, desconsiderando o momento que os produziu. A partir dessa concepção, procuraremos mostrar como se processava a educação da época, bem como a importância da fidelidade para a sociedade daquele período.

Dhuoda expressa, em sua obra, a crise e a decadência vivida pelo Império Carolíngio, assim como a convivência conflituosa entre os homens no final do reinado de Luís, o Piedoso. Os aristocratas carolíngios tinham-se revoltado contra o imperador, que resolvera oficializar a idéia, que acalentava há algum tempo, de repartir novamente seus domínios. Anteriormente eles eram distribuídos entre os filhos mais velhos, mas sua idéia era que o caçula, Carlos, o Calvo, viesse igualmente a possuir um reino. Lotário e seus dois irmãos se rebelaram contra Luís, o Piedoso, declarando-lhe guerra.

O caos e a rebeldia resultantes da partilha de 829 decorriam do fato de que a mesma não implicava somente na modificação territorial das partes já atribuídas aos três filhos mais velhos, mas implicava também, em alterar as relações de fidelidade já estabelecidas entre os homens (nobres e príncipes).

É em tempos tão confusos, quando lutas pelo poder entre o rei e seus filhos são constantes, que Dhuoda procura ensinar a seu filho Guilherme os valores morais, a importância da fidelidade e os comportamentos que, a seu ver, poderiam modificar os rumos que, naquela situação, estavam predestinados para aquela sociedade.

Dhuoda inicia o *Manual* em 841, exatamente no ano da batalha de Fontenay-en-Puisaye, a qual não resolveu o conflito sobre a divisão do Império entre os quatro filhos de Luís, o Piedoso: Carlos, o Calvo; Pepino, a quem coube a Aquitânia; Luís, o Germânico e Lotário, que reivindicava o Império. Em 842, foram pronunciados os “juramentos de Estrasburgo”, que uniu os soldados de Luís e de Carlos. Era necessário que os soldados de um e de outro campo pudessem compreender os compromissos que assumiam com o juramento (PERNOUD, 1980, p.51).

Nesses tempos atribulados, a traição e a infidelidade culminavam em guerras. A própria família de Dhuoda é testemunha disso, o esposo foi condenado à morte em Toulouse, em 844, sob a acusação de traição por ter apoiado Pepino da Aquitânia contra Carlos, o Calvo, ao qual se ligara por momentos. O filho, Guilherme, foi igualmente decapitado por traição em 849, cinco anos depois do pai.

Desta forma, fica claro que seu modelo de educação está em consonância com o contexto social de seu momento. Esta constatação, por sua vez, reforça a idéia de que os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo homem, em cada período da humanidade, revelam ou acenam para modelos educacionais que direcionam novas formas de agir e conviver em sociedade.

Em meados do século IX, a sociedade em transição (estamos nos referindo à passagem da Alta Idade Média para a Idade Central) estava tentando se construir. Segundo Guizot, onde cessou a barbárie, tudo se adaptou à forma feudal.

[...] era uma nova sociedade que ia começar, tão necessária, inevitável, tão completamente a única consequência possível do estado anterior, que tudo coube no seu molde e adaptou sua forma (GUIZOT, 1907, p. 03).

Ainda segundo esse autor, os elementos que mais caracterizavam esta época, como a Igreja e os príncipes, construíram e subordinaram-se à nova forma de ser da sociedade. As Igrejas foram suseranas ou vassalas, as cidades tiveram senhores ou vassallos, a realeza disfarçou-se na suserania, pois tudo era dado em feudo. Neste sentido, à medida que a sociedade se feudalizava criavam-se de fato “leis¹” gerais que condicionavam a vida dos homens.

Com relação à Igreja, Guizot dizia que,

[...] a Igreja nunca deixou de ser governada na sua essência pelo princípio teocrático, e para conseguir que ele dominasse ajustava-se ora com o poder real, ora com o Papa, ora com o povo, na verdade, andava envolta (GUIZOT, 1907, p. 04).

O mesmo aconteceu com a nobreza, que continuou sempre a dominar,

[...] Na nobreza o princípio monárquico. A corte disfarçada com o feudalismo andava sempre buscando eximir-se a uma forma alheia à sua

¹ Estamos usando a palavra “leis”, não no sentido que entendemos hoje, ou seja, como constituição. Tratava-se antes de costumes que se tornariam gerais, dentre eles, o da fidelidade.

verdadeira natureza para tomar a que pedia o seu princípio próprio e vital (GUIZOT, 1907, p, 04).

Assim, observamos que a Igreja desempenhou um papel essencial na organização desta sociedade. Naquele momento, ela era a fonte que mais influenciava a vida moral e representava um modelo a ser seguido, intervindo no comportamento e na forma de viver dos homens. Para Guizot, paralelamente ao processo de destruição do mundo romano, de enfraquecimento e perda de liberdade, o cristianismo manifestava-se como uma força de construção, pois acenava com a possibilidade de uma vida nova, com o desenvolvimento do espírito e a manutenção da sociedade (GUIZOT, Apud, OLIVEIRA, 1997, p.201).

Este cristianismo, nutrido de preocupações espirituais como ocorria entre os homens medievais, teve, dentre outras, sua origem nas contribuições de Alcuíno. Em meio aos letrados do final do século VIII, Alcuíno destacava-se por ser um missionário da cultura latina cristã e por sua obra civilizadora. Gilson coloca que

[...] o problema da natureza da alma preocupou de forma significativa os espíritos dos homens do século IX e Alcuíno nunca cessou de trabalhar na França para a Igreja, discutindo dentre outros, a necessidade do ensinamento da religião cristã, como forma de disciplinar os homens (GILSON, 1995, p. 223).

Neste momento, então, em que os valores germânicos estão definindo e novas questões vão se delineando para aquela sociedade, Dhuoda, uma mulher católica, inicia seu *Manual* colocando como preocupação primeira a salvação da alma de Guilherme e apresenta, em seu decorrer, regras e orientações “virtuosas” para a convivência com outros indivíduos, as quais devem ser seguidas na terra para que seu filho possa assegurar a salvação eterna.

Propondo-se a orientar Guilherme segundo práticas e ensinamentos cristãos e a exortá-lo a seguir sempre esses ensinamentos, ela externa sua preocupação por meio das seguintes palavras:

[...] Mi mayor preocupación, hijo [mío] Guilherme, es dirigirte palabras de salvación, y mi corazón vigila ardientemente para que tú tengas escrito en este pequeño volumen desde tu nacimiento, con la ayuda de Dios, lo que he deseado [escribirte], por ello, conviene que continúe en mi determinación (DHUODA, 1995, p. 56).

Para ela, ganhar a salvação eterna depende unicamente das ações praticadas pelo homem na terra. Portanto, a religião seria o caminho a ser percorrido a favor da ética e da moral.

Dhuoda exemplifica suas intenções sobre determinado conselho comparando com situações vivenciadas por Guilherme. Ela compara, por exemplo, a busca constante de jogos de diversão por parte dos jovens e o costume de algumas mulheres se contemplarem ao espelho com a necessidade da leitura constante do

Manual para formação de Guilherme. Para ela, a intimidade entre seu filho e o teor do *Manual* deve ser

[...] como el juego de las tablas entre los otros juegos mundanos aparece ahora como el mas conveniente y adaptado a los jóvenes, o como algunas mujeres tienen la costumbre de mirar su cara en los espejos, para limpiar los defectos y mostrar su belleza con la intención de agradar a sus maridos en esta vida, así espero que tu, atareado por muchas ocupaciones mundanas y seculares, leas frecuentemente este pequeño libro que te he dedicado a ti, como si se tratara de un mirarse en los espejos y un juego de tablas, en recuerdo mío, y no lo desprecies (DHUODA, 1995, p. 55).

A intenção de Dhuoda é que Guilherme leia frequentemente o *Manual*. Para ela, esta leitura é tão fundamental, que deve ser inserida no dia a dia e de forma natural na vida do filho. A consulta ao *Manual* deverá ser um hábito para Guilherme, como tomar água todos os dias ou jogar dama.

Seu filho deve ser influenciado pelos ensinamentos do *Manual* a favor da sua formação aristocrática e cristã da mesma forma com que as regras do jogo de xadrez influenciam o aprendiz a entender as estratégias da tática militar. Para Dhuoda, o *Manual* deve significar regras que, sendo seguidas, ensinarão a Guilherme a tática do comportamento humano.

As regras que Dhuoda preconiza em seu *Manual* estão organizadas em onze capítulos, precedidos por um epigrama, um prólogo e um prefácio. Quanto ao conteúdo, podemos dividi-lo em três grandes partes.

Na primeira, Dhuoda expressa as relações do cristão para com Deus. Fala da busca de Deus, de sua grandeza e da sua sublimidade. Naquele período os ensinamentos bíblicos é que orientavam a sociedade e o saber se restringia, principalmente, aos padres da Igreja. Para tanto, Dhuoda clama ao filho para que cumpra seus deveres na terra como bom cristão, tendo como modelo de comportamento os ensinamentos dos padres da Igreja.

Na segunda parte, Dhuoda faz uma referência sobre como devem ser as relações com o próximo, sugerindo normas de comportamento ao filho. O momento em que a família de Dhuoda vivia era caracterizado por novas invasões pelos povos normandos e sarracenos, entre outros, e as relações dos homens entre si eram marcadas pela violência e infidelidade. Tornar-se cavaleiro, a par das cerimônias e ritos que, jurídica e socialmente, o definiam como tal, significava ter consciência de pertencer a determinado grupo, forte e poderoso. Partindo deste pressuposto, Dhuoda solicita ao filho que respeite seus semelhantes para que também seja respeitado, ou seja, ela quer mostrar a Guilherme que existe uma outra forma de se relacionar que não a da violência.

Na terceira parte de seu *Manual*, Dhuoda mostra o caminho da perfeição pessoal mediante a perfeita ordenação dos dias. Salaria os deveres de seu filho para com o pai e seus superiores. O ideal de homem naquele período era ser

cavalheiro, fiel ao rei e grande guerreiro. Desta forma, Dhuoda chama a atenção de Guilherme para a importância da fidelidade e da perfeição pessoal na obediência, primeiramente a Deus, depois ao seu pai e por último ao seu rei.

Ao mencionar o cuidado especial que teve ao redigir seus conselhos, Dhuoda coloca que suas intenções em prepará-lo para a vida adulta estão presentes cuidadosamente nos temas que mencionou no decorrer de todo *Manual*, na forma como escreveu suas regras e nas passagens bíblicas que selecionou para exemplificar a Guilherme sua preocupação com a salvação, tanto de sua alma, como também com sua vida terrena.

[...] desde el comienzo de este pequeno libro hasta el final, tanto em la forma como em el fondo, em el ritmo y en la articulacion de los temas y em fluir de los pasajes, todo, em todo y todo y por todo, há sido enteramente escrito para la salvacion de tu alma y de tu cuerpo. Asi, quiero que te sea dirigido directamente por mi mano y que hagas el esfuerzo de recibirlo libremente en la tuya, y teniendolo, deses leerlo com verdadera atencion hasta el final (DHUODA, 1995, p. 48).

Assim, mesmo distante fisicamente, Dhuoda trata a educação de seu filho com cuidado, procurando se fazer presente por meio de seus escritos. Para ela, a leitura constante do *Manual* fará com que ele sinta sua presença em cada exortação preparada, carinhosamente, para auxiliá-lo em sua formação.

Desse modo, para melhor entendimento sobre nosso trabalho, organizamos o mesmo em três capítulos.

No primeiro capítulo, faz-se uma análise geral dos aspectos sociais, políticos e econômicos da sociedade no século IX, momento em que o cenário social ganha aos poucos nova forma.

Sob o comando de Luís, o Piedoso, observa-se um cenário tumultuado e marcado por constantes conflitos e disputas pelo poder. Compreender o contexto político do qual Dhuoda fazia parte e a desintegração do Império em que a mesma vivia nos conduz a um melhor entendimento sobre as preocupações desta mãe na formação de seu filho.

No segundo capítulo, analisa-se a obra de Dhuoda segundo a ótica de alguns autores, principalmente Riché. Tem-se a intenção, neste momento, de explicitar o olhar realizado por esses autores sobre o papel exercido por esta mulher como mãe educadora e esposa dedicada. Tenta-se explicar também como Dhuoda participava das atividades que envolviam o domínio feudal, como dirigia, organizava a defesa e até fazia empréstimos para cuidar de seu feudo na ausência de Bernardo, seu esposo.

No terceiro e último capítulo, por meio da análise dos conselhos, exortações e regras que Dhuoda propõe para Guilherme, objetivamos destacar os ensinamentos utilizados pela mesma, demonstrando, sobretudo o valor que a fidelidade tinha para ela, bem como sua proposta de convencer Guilherme a praticá-la, a fim de se tornar um perfeito nobre, um aristocrata e, também, um bom cristão. No entendimento de Dhuoda, a apropriação desses conselhos proporcionaria a seu filho um reconhecimento, um respeito por parte de todos e uma vida longa aqui na terra.

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS DA SOCIEDADE MEDIEVA OCIDENTAL NO SÉCULO IX

Examinaremos, neste capítulo, algumas questões referentes ao contexto social, político e econômico de meados do século IX, o qual foi marcado por constantes intrigas políticas e lutas pelo poder por parte dos descendentes de Carlos Magno e pelos primeiros sintomas de fortalecimento do feudalismo no seio da sociedade ocidental, o qual, adquirindo maior estabilidade, modificava costumes e comportamentos dos homens.

As transformações sociais ocorridas no século IX devem-se ao modo como os homens daquela sociedade viviam, ou seja, devem-se à herança cultural de idéias e valores cujos princípios haviam sido estabelecidos há muitos séculos e aos poucos estavam a ganhar nova interpretação. Acontecimentos como as invasões bárbaras e a desintegração do Império Carolíngio fizeram parte da vida de Dhuoda, influenciaram sua maneira peculiar e singular de educar seu filho.

No século IX, segundo Merino (1995), existiam três grandes Impérios no Ocidente e no Oriente: o Império Carolíngio, o Bizantino e o Muçumano. Com relação à perspectiva cultural, os três Impérios gozavam de um desenvolvimento de grande magnitude. Entretanto, os historiadores falam de “renascimento carolíngio”, “renascimento bizantino” e “idade do ouro” da cultura árabe para referir-se ao mesmo período ocidental.

A seguir, vamos nos dedicar a tecer algumas considerações sobre fatos ocorridos no Ocidente Medieval, posto ter sido aí que Dhuoda e sua família viveram.

Para o mesmo autor, Carlos Magno (768-814) foi um personagem fundamental do Império Carolíngio do Ocidente e da unidade cristã ocidental. Sua importância decorreu tanto de suas realizações singulares, da criação da escola palatina, por exemplo, como também da poderosa impressão causada pela eminência de sua personalidade.

Do ponto de vista educativo, considerava-se Carlos Magno como o pai da escola medieval e o renascimento carolíngio como o princípio de uma renovação de toda a cultura ocidental.

A expansão deste império começou com a conquista do reino dos lombardos em 774, a dos saxões cristianizados em 777 e com as longas invasões de terras até formar a Marca da Espanha. Para Mello (1990), a Marca da Espanha formava um cinturão, cinturão ou ainda um centurião de fortalezas para proteger o sul da Gália contra as incursões sarracenas.

Para melhor compreender a dinastia carolíngia, bem como a longa permanência dos elementos desta linhagem no poder ocidental, incluímos, em anexo, a genealogia franca desde sua formação até seu desaparecimento, quando, a partir de então, o Ocidente medieval passa a ser governado pela dinastia capetíngia.

O mapa a seguir explicita a dimensão do Império de Carlos Magno.



Mapa do Império de Carlos Magno. MERINO, M. In: La educación cristiana de mi hijo, 1995, p, 12.

Fundamentando-nos em Gilson (1995), podemos dizer que Carlos Magno considerava ter recebido sua autoridade de Deus e ter sido por ele encarregado de conduzir seu povo nos caminhos do senhor. Ele instruía os *missi dominici* sobre o primeiro dever dos súditos fiéis, ou seja, manter-se inteiramente a serviço de Deus.

Desta forma, num Estado em que a boa ordem dependia muito da disciplina pessoal de seus membros, a da religião cristã, o ensinamento impunha-se como uma necessidade.

Segundo Gilson, a descontinuidade política ocorrida entre o antigo Império romano e o carolíngio foi compensada pela continuidade na história da cultura, pois a Igreja católica impôs-se aos povos do Ocidente. Carlos Magno foi um personagem

importante para a disseminação da religião junto aos povos do Ocidente. Para tanto, segundo este mesmo autor, cercou-se de grandes mestres, como Alcuíno de York.

Entre as contribuições desse exegeta, teólogo, poeta, encontra-se seu tratado *Da natureza da alma*, obra verdadeiramente filosófica, escrita para concretizar seus planos com relação ao renascimento cultural.

No entanto, Carlos Magno morreu em 814, deixando como sucessor seu filho Luís, o Piedoso, o qual tinha sido designado coimperador. Este continuou as obras empreendidas pelo pai. Luís introduziu em sua corte gente de sua confiança, sem afastar definitivamente os conselheiros de seu pai². Posteriormente estes foram pouco a pouco perdendo prestígio, sendo substituídos por conselheiros de sua confiança e ele teve, assim, a fidelidade a seu governo assegurada.

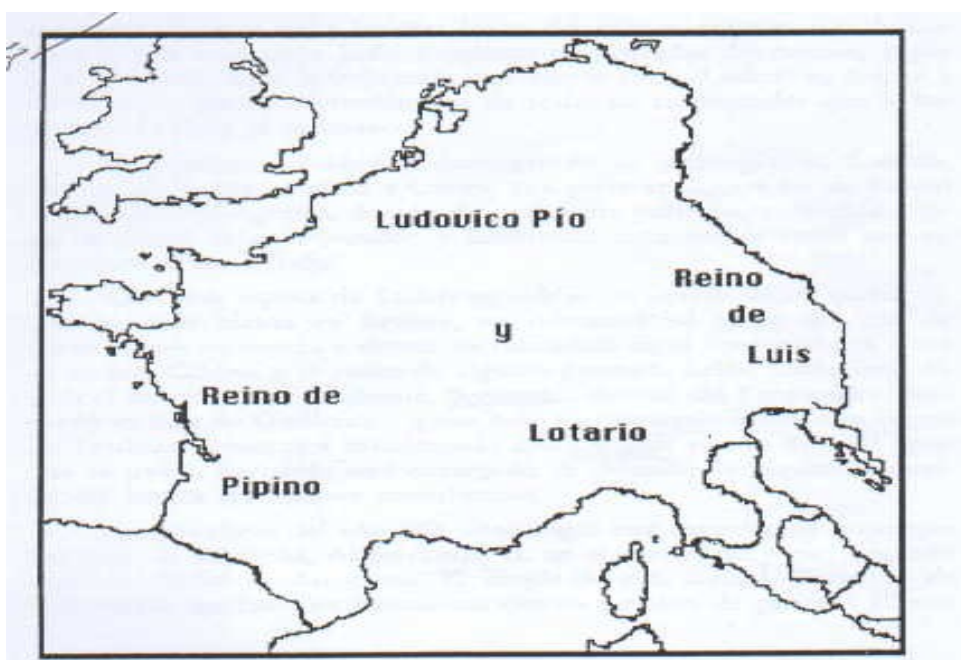
Contudo, segundo nos ressalta Ganshof (1971), essa fidelidade é bastante tênue porque o próprio rei, após uma assembléia em Aix-la-Chapele em 817, promulgou uma constituição declarando que o Império era único e indivisível.

Há uma contradição existente nas relações de fidelidade, pois o rei pede fidelidade aos seus vassalos, mas não a aplica, na medida em que decreta uma constituição, descontentando os vassalos. Assim, o próprio rei não obedece, porque mais tarde divide o Império, o que vai contra sua própria constituição. Neste sentido, embora a fidelidade seja o eixo norteador das relações, o que verificamos é a

² Entre os aristocratas francos que foram conselheiros de Carlos Magno se encontram Thierry II, seu irmão Guilherme, duque de Toulouse e avô paterno do filho de Dhuoda, e Rolinda, filha de Guilherme, portanto, tia do destinatário do Manual de Dhuoda. (La Família de Bernardo, p. 25-27, In: Dhuoda)

fragilidade dela, posto que constantemente esta é quebrada, ora pelo vassalo, ora pelo rei.

A constituição, chamada *Ordinatio imperri*, não foi aceita unanimemente pelos habitantes do Império culminando assim, na divisão do Império entre seus três filhos: Lotário (eventual sucessor, recebeu o nome de coimperador), Pepino e Luís (foram elevados à categoria de reis). Para Giordani (1974), a *ordinatio imperri*, foi mais que uma partilha, ela representava uma verdadeira Constituição sobre a imediata sucessão ao trono de Luís, na qual se consagrava um princípio intermediário entre a antiga idéia bárbara, que considerava o poder como um bem privado ao qual cada filho tinha direito por ocasião da morte do pai e o conceito unitário, que recusa todo o direito aos irmãos mais moços. Demonstramos abaixo a divisão do Império:



MERINO, M. In: DHUODA, La educacion cristiana de mi hijo, p, 13

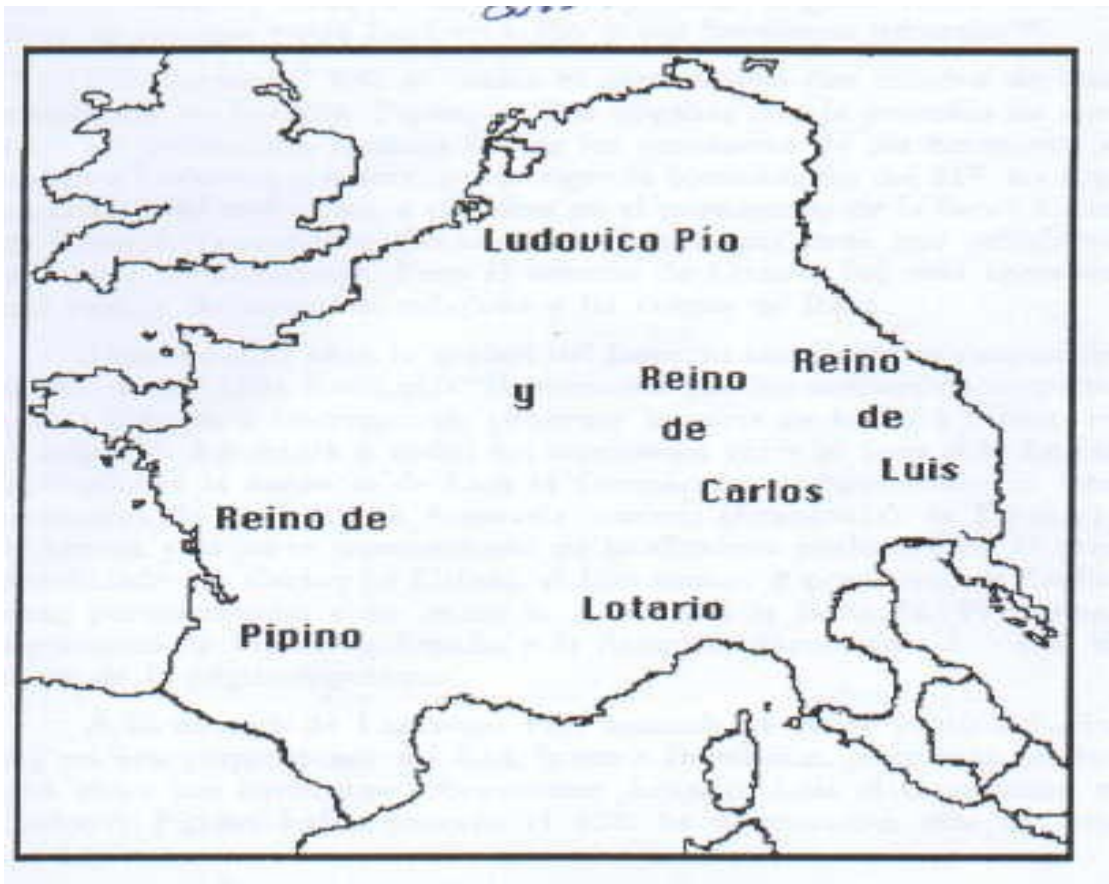
Do segundo casamento de Luís, o Piedoso, com Judith nasceu o filho, Carlos, o Calvo. Na opinião de Cardini (1989), a escolha do nome revelava uma certa

pretensão, podia-se desconfiar de um plano: tratava-se do último filho do imperador, único na casa reinante e que portava o nome do fundador do Império. Judith apressou-se em providenciar ao filho uma parte consistente da hereditariedade imperial e, para tanto, tentou se rodear de pessoas fiéis.

Dentre elas estava Bernardo, esposo de Dhuoda e afilhado de Luís, o Piedoso. Naquele momento, Bernardo estava encarregado de defender a Aquitânia meridional contra os ataques muçulmanos. A admiração de Luís, o Piedoso, por Bernardo crescia a cada dia, até que em 827 durante uma batalha contra os sarracenos, Bernardo conseguiu pôr em retirada o exército inimigo e, em sinal de reconhecimento, foi elevado a conselheiro do imperador, protetor da imperatriz Judith. Em 829 tornou-se tesoureiro maior do império.

Nesse mesmo ano, Luís, o Piedoso, resolveu oficializar a idéia que acalentava há algum tempo, isto é, repartir novamente seus domínios, anteriormente distribuídos entre os filhos mais velhos, de modo a dar condições para que o caçula, Carlos, viesse igualmente a possuir um reino. Este abrangeria a Alsácia, a Récia, parte da Borgonha e parte da Alemanha.

A divisão do Império, incluindo a parte de Carlos, o Calvo, ficara da seguinte forma:



MERINO, M. In: DHUODA, *Educacion cristiana de mi hijo*, p, 15.

Esse objetivo de Luís, o Piedoso, poderia ter sido realizado se não fosse a revolta de Lotário e seus dois irmãos, que decidiram declarar guerra ao pai. Na concepção e Giordano,

[...] Para compreendermos o caos e a rebeldia resultantes da partilha de 829 convém esclarecer que a mesma não implicava somente em modificação territorial das partes já atribuídas aos três filhos mais velhos. Na realidade essa modificação acarretava o rompimento de uma longa cadeia de juramentos de fidelidade que se havia estabelecido em torno de cada um dos três herdeiros. Essa transferência de suserania provocava descontentamentos e irritava uma multidão de interessados (GIORDANI.1974, p. 129).

Nesta guerra, os irmãos mais velhos tiveram o apoio daqueles cujo ideal era a unidade imperial e que achavam um absurdo essa atitude do imperador. Dentre eles, estava Wala (inimigo de Bernardo e que o acusou de ser amante de Judith) e o bispo Agobardo de Laon.

O imperador foi derrotado pelos três filhos mais velhos e aprisionado, mas um bom número de nobres germânicos que lhe eram fiéis conseguiu resgatá-lo. Foi neste momento que Jonas de Orleans, fiel ao imperador e preocupado com a união da família imperial, escreveu o *De Institutione Regia*, um Manual destinado ao rei Pepino, filho de Luís, o Piedoso.

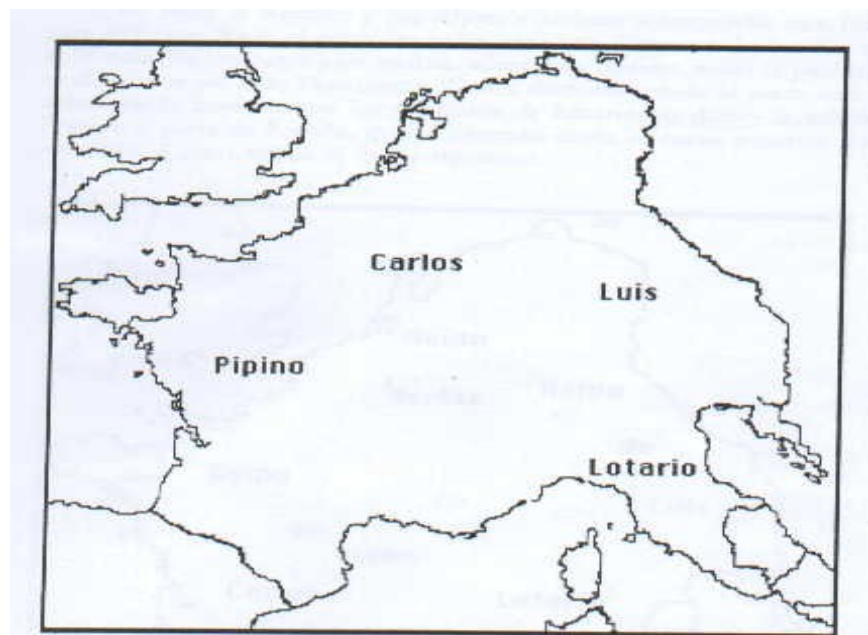
No entanto, como o problema político não havia sido resolvido, os três filhos do imperador novamente se rebelaram contra o pai em 833, pois queriam obrigá-lo a manter em vigor a *Ordinatio Imperii*. O imperador encontrou-se abandonado pelos seus aliados, os quais se bandearam para o lado dos príncipes rebeldes. Por conta do ocorrido, Bernardo de Septimania refugiou-se em Barcelona, o soberano teve que se submeter a uma enorme humilhação. Foi forçado a permitir que a esposa Judith fosse trancafiada em um mosteiro de Tortona, enquanto ele próprio, traído em Compiégne, foi submetido ao julgamento de uma assembléia dos grandes do reino, presidida pelo coimperador Lotário, e suportou outras duríssimas inquisições do clero franco. Recitou meticulosamente a lista de culpas que lhe era apresentada e se retirou para um mosteiro. Para Arquilliére,

[...] As acusações contra o imperador se resumiam em: incompetência, transgressão à *Ordinatio Imperii*, desprezo à religião cristã, injustiças contra alguns vassalos, expedições militares sem motivo causando homicídios,

perjúrios, sacrilégios, adultérios, roubo e opressão aos pobres e falha na missão de guia do povo cristão quanto ao mesmo poder vir a alcançar a salvação eterna (ARQUILLIÉRE, H.X. Apud, SOUZA, 1995, p. 161).

Estes acontecimentos levam-nos a refletir sobre a idéia de muitos historiadores sobre o entrelaçamento das questões políticas e espirituais, segundo o qual os bispos sentiam-se símbolos do sacramento do Império e responsáveis pela salvação espiritual. No fundo, embora o julgamento do imperador fosse uma questão política, naquele momento histórico, em que interesses, ideais e perspectivas religiosas e temporais se confundiam, a decisão tomada pelos prelados tinha como móvel não somente o zelo da justiça cristã, mas também interesses financeiros.

Neste momento, antes do Tratado de Verdún, o Império se encontrava da seguinte forma:



Entretanto, o desaparecimento de Luís, o Piedoso, da cena política não foi suficiente para resolver as incipientes divergências entre seus três filhos do primeiro casamento, que se uniram contra o irmão Carlos, o Calvo. Após vários conflitos, decidiu-se que o pai retornaria ao poder e que Judith seria libertada.

Em 838 Carlos, o Calvo, completara quinze anos e, segundo os costumes da época, esta idade já significava a conquista da maioridade. Seu pai atribuiu-lhe, então, uma coroa real e o encarregou de um vasto território. Com a morte de Pepino³, neste mesmo ano, ao filho predileto foram destinadas a região de Septimania, a marca da Espanha e a Áustria. Esta atitude de Luís, o Piedoso, deixou seus filhos mais furiosos ainda e nem sua morte ocorrida em 840 acalmou os ânimos.

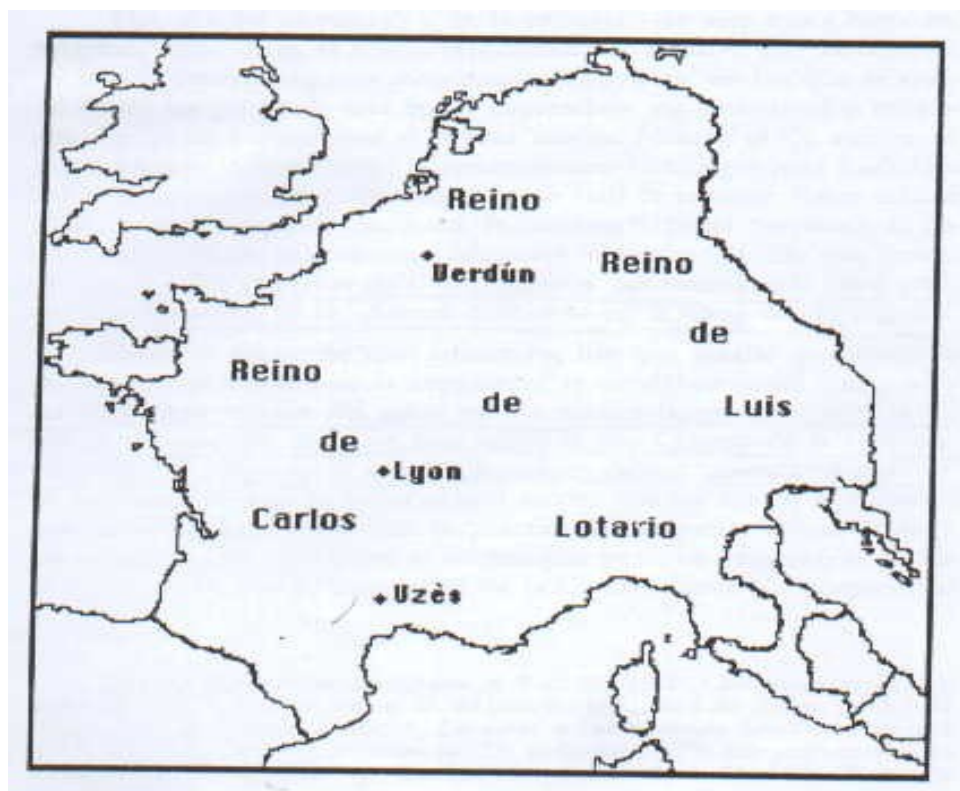
Na ocasião da morte de Luís, o Piedoso, o conde Bernardo se reuniu novamente por alguns meses com sua esposa Dhuoda em Uzès, que contava com quase quarenta anos. Durante tal visita foi concebido o segundo filho, ao qual Dhuoda deu a luz em março de 841. Três meses depois, Bernardo abandonou a família novamente para participar da trágica batalha de Fontenoy, a favor de Lotário contra Carlos, o Calvo e Luís, o Germânico. Bernardo fracassou em seu empenho, mas ele era, mesmo assim, um membro da casa imperial, assim como seu pai Guilherme de Gellona, primo de Carlos Magno. Quando a paz foi restaurada, com relativa facilidade, foi necessário que Bernardo enviasse seu filho Guilherme, com quatorze anos, à corte do rei Carlos, seu parente e agora definitivamente reconhecido como senhor, em sinal de submissão e com ordens de servi-lo fielmente. Temendo vingança dos partidários do rei Carlos, o Calvo, Bernardo enviou

³ Pepino é filho de Luís, o Piedoso com sua primeira esposa.

seu segundo filho, também chamado Bernardo, à um mosteiro para ser protegido e educado, mas não para a carreira eclesiástica. Segundo Pernoud (1980), ele se casou e seu filho, Guilherme, fundou a abadia de Cluny em 910.

Como podemos observar, muitos conflitos ainda ocorreram entre os irmãos sobreviventes e neles a presença de Bernardo era sempre constatada. Até o tratado de Verdún, ocorrido em dez de agosto de 843, a poucos quilômetros da cidade de Verdún, muitas contendas entre os irmãos aconteceram. Riché (1995) refere-se a um período longo de brigas fratricidas, alimentadas pelos conselheiros dos respectivos reis.

Na concepção de Mello (1990), os anos posteriores ao Tratado de Verdún foram marcados pelas tentativas de Lotário para assegurar seus domínios, impor sua autoridade sobre os irmãos e impedí-los de aliar-se contra ele. Para este autor, essa partilha certamente influenciou as relações de fidelidade no mundo carolíngio sob vários aspectos, tanto político, como econômico, pois nesses territórios já estavam estabelecidas complexas relações sociais, entre o príncipe e seus fiéis seguidores. Segundo Souza (1995), a assinatura do Tratado de Verdún resultou na seguinte divisão do Império Carolíngio: Lotário conservou o título imperial e ficou com um território que se estendia da Frísia à Campânia, na Itália. A região a leste do mesmo, que abrangia parte da atual Alemanha e porções de alguns países vizinhos, coube a Luís, o Germânico. A região a oeste da parte da que coube a Lotário, abrangendo a Marca da Espanha e a França, coube a Carlos, o Calvo.



MERINO, M. In: DHUODA, La educación cristiana de mi hijo, p, 18

Fundamentados na historiografia, podemos inferir que esta divisão do Império Carolíngio, por meio do Tratado de Verdún, acentuou a tendência ao localismo que caracterizou o feudalismo. Isto porque, na época caótica das invasões, os reis não eram capazes de defender eficazmente os seus Estados. Faltavam boas vias de comunicação que facilitassem a defesa simultânea de toda a região pelas milícias reais. Acrescente-se a esse problema o fato de não existirem exércitos permanentes e disciplinados, pois os reis costumavam pagar os serviços militares entregando terras a “chefes” em troca do recrutamento de tropas e, em consequência, quando já não tiveram terras para repartir, o exército se dividia em pequenos grupos que só obedeciam a seus “chefes”, “duques”, “condes” ou “marqueses”. Estes, que oficialmente eram subordinados ao “soberano”, deixaram de obedecê-lo e cada um

se conduziu em seu território como se fosse soberano de um pequeno Estado independente, acostumando-se a transmitir a seus filhos seus títulos e suas funções sem que os “soberanos” intervissem nas relações. Assim, dentro de cada governo incipiente formaram-se espaços territoriais nos quais a autoridade era exercida por um “senhor local”, detentor da posse de grandes propriedades e chefe de um “grupo de guerra”. Esta substituição da autoridade dos reis pelo poder “local” dos senhores foi um dos caracteres essenciais do feudalismo.

O período entre 823 e 843 é descrito por vários autores como um difícil momento. Dhuoda vivenciou estes acontecimentos. Para Cardini (1989), ela nasceu em 803, de um casal aristocrático da área setentrional do reino franco, mas ele fornece também outras possibilidades. Pelos versos latinos que Dhuoda divulga em seu *Manual*, deduz-se que sua língua materna era germânica. Além disso, não se pode excluir a possibilidade de que tenha crescido na França. Ainda segundo este autor, isto explicaria melhor tanto as circunstâncias do seu matrimônio como os sucessivos abandonos pelo marido. É provável que estes fatos de ordem política e pessoal tenham influenciado de forma direta a construção de seu *Manual*.

A nosso ver, o contexto vivido por Dhuoda, impulsionou ou até mesmo favoreceu que o *Manual* fosse redigido. Mesmo sem prever o futuro de Bernardo e de Guilherme, Dhuoda alerta o filho sobre as dificuldades que aquela sociedade certamente o poria a prova.

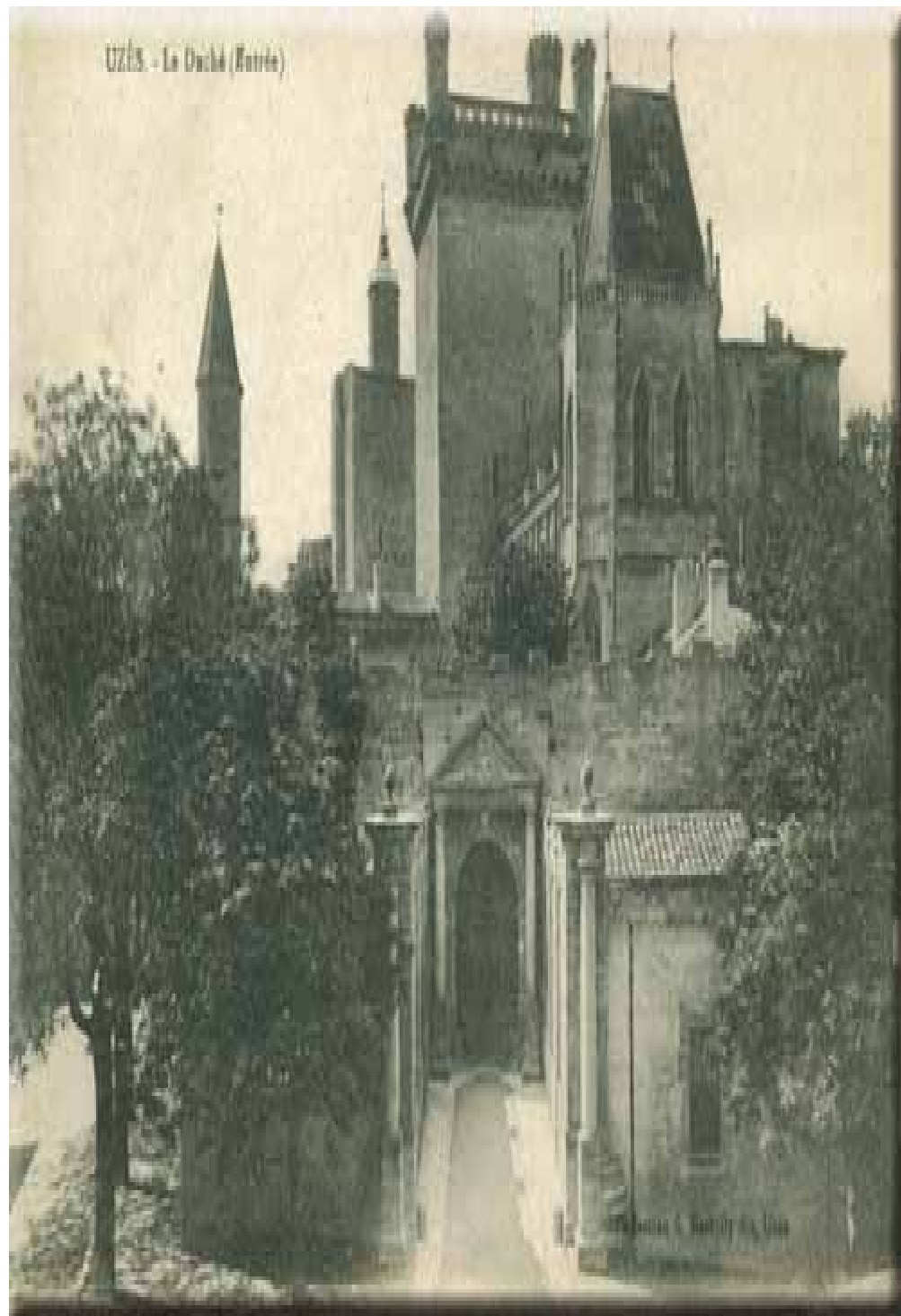
Dentre as dificuldades a serem enfrentadas por Guilherme e que Dhuoda o aconselha a se livrar no decorrer do *Manual*, quase sempre estavam ligadas à

prática da fidelidade. Essa prática permeava as relações entre os homens daquele período e foi causa da morte precoce de Guilherme e do esposo Bernardo. Com relação a esses fatos, tanto *Cardini* como Nunes relatam-nos a trágica morte de ambos.

Em 844, acusado de ter traído Carlos, o Calvo, Bernardo foi condenado à morte em Toulouse. Guilherme, seu filho, uniu-se aos rebeldes aquitânos, pois a ele havia sido confiado o condado de Bordeaux, o qual, por fidelidade à memória do finado Pepino ou pelo impetuoso espírito de independência, não aceitou a idéia de que o filho de Judith fosse seu legítimo senhor. Em 848, Guilherme tentou apoderar-se da marca da Espanha que seu pai comandara anteriormente, tomou Barcelona, mas acabou capturado e decapitado em 849, com vinte e dois anos de idade.

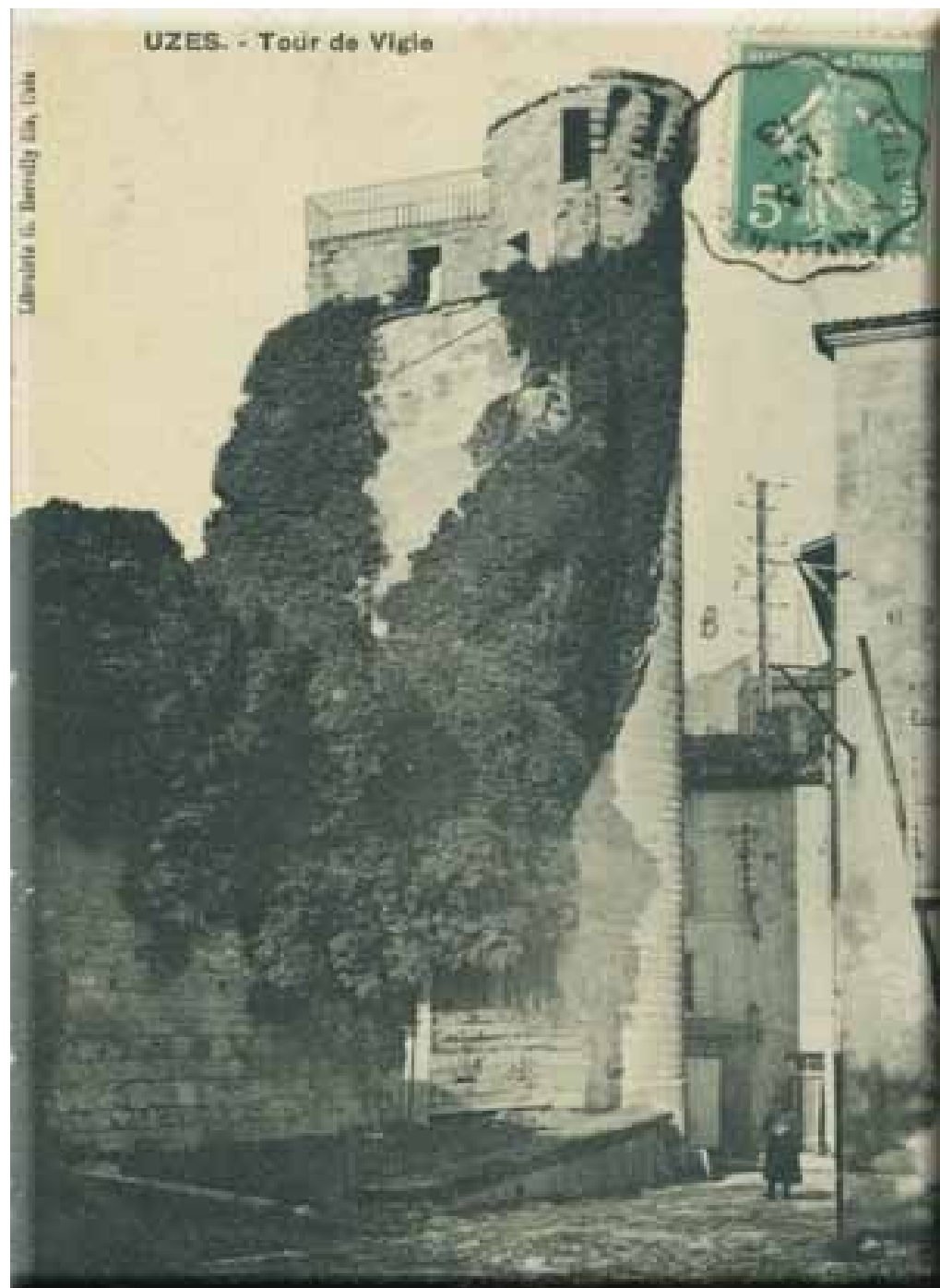
Foi nesse clima familiar que Dhuoda compôs o *Manual*, ou seja, privada de seus filhos e vivendo longe de seu esposo em uma das vilas do interior da Marca da Espanha em Uzès.

As imagens apresentadas a seguir são do castelo de Uzès. A nosso ver, ao visualizarmos a arquitetura de um castelo de Uzès, vila onde Dhuoda passou grande parte de sua vida, estaremos nos reportando a acontecimentos e fatos que podem ser melhores compreendidos, pois, a linguagem escrita por Dhuoda, se enriquece de forma significativa quando analisada juntamente com a linguagem visual, mesmo que essas imagens retratem um período posterior ao do vivido pela autora.



Entrada do Castelo de Uzés.

Fonte: www.nimausensis.com/personages/Dhuoda.htm
26/02/05, (Imagem Período posterior ao analisado).



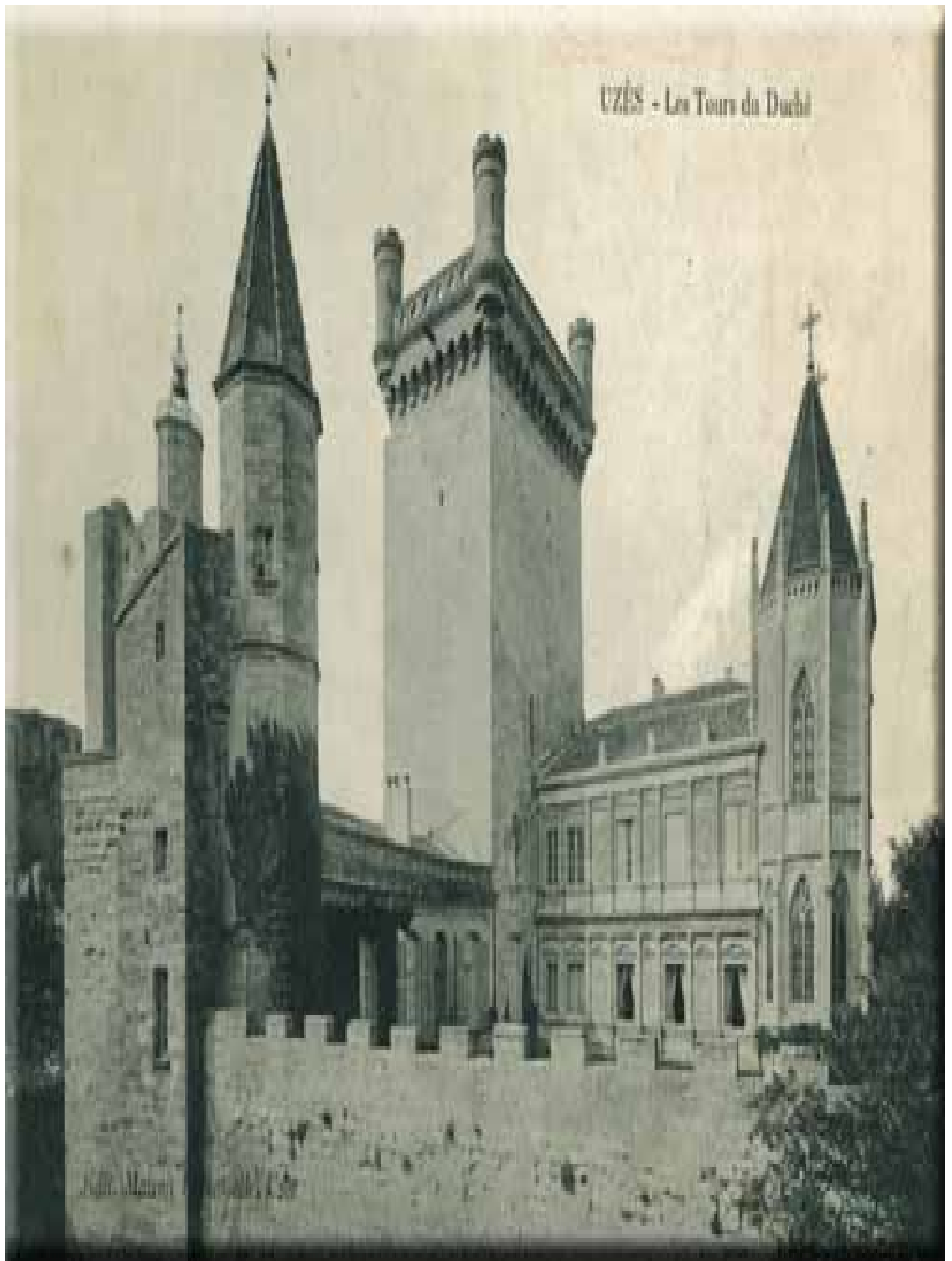
Torre de vigia do castelo de Uzès.

Fonte: www.nimausensis.com/personages/Dhuoda.htm
26/02/05, (Imagem Período posterior ao analisado).



Fachada interna do castelo de Uzès.

Fonte: www.nimausensis.com/personages/Dhuoda.htm
26/02/05, (Imagem período posterior ao analisado).



Fachada externa do castelo de Uzès.

Fonte: www.nimausensis.com/personages/Dhuoda.htm
26/02/05, (Imagem período posterior ao analisado).

Após a seqüência de imagens apresentadas retomamos o *Manual*.

Segundo os estudiosos, Dhuoda começou a escrevê-lo a partir do final de 841, no dia em que seu filho Guilherme completou quinze anos. A sua conclusão ocorreu no início de 843.



O mapa acima nos mostra a cidade de Uzès, onde Dhuoda redigiu o *Manual de educação* para seu filho Guilherme. Fonte: www.google.com.br (20.08.04).

Eis como, logo no prefácio de seu *Manual*, ela justifica a redação de sua obra:

[...] pero después de haber vivido durante largo tiempo lejos de vuestra presencia, em esta ciudad em la que vivo por mandato de mi señor, alegre em médio de aquel sufrimiento, tomé la

resolución, por la nostalgia que tenía de vosotros dos, de transcribir y dirigirte este pequeño volumen, conforme a la inteligencia de mi pequeñez (DHUODA, 1995, p.58).

O fato de viver só, longe dos filhos e do marido, levou Dhuoda a escrever como uma forma de sentir que estava dialogando com o filho distante e de certa forma preenchendo o vazio de seu coração. A própria forma com que Dhuoda organiza o Manual mostra-nos o saudosismo da mãe privada da presença dos dois filhos e do marido.

Apesar das escassas informações sobre a vida de Dhuoda, o fato de seu casamento ter ocorrido na capela do palácio imperial em Aquisgran revela a linhagem nobre da família de Dhuoda e de seu esposo Bernardo. Essa linhagem pode ser observada também numa passagem do Manual, onde ela solicita que o filho pratique a fidelidade para com o rei Carlos, o Calvo, aconselhando-o a levar em conta “... que hás salido de uma família elevada y nobre por ambos padres...” (DHUODA, p, 86). Assim, fica evidente que a família de Guilherme, por parte de mãe e de pai, era da nobreza. Considerando-se esse fato e a posição que Dhuoda ocupa na sociedade é justificável sua preocupação com a formação aristocrática de seu filho, pois a continuidade dos costumes herdados eram muito importantes para se manter a linhagem nobre da família.

De acordo com Bauer (2001), os casamentos naquele período aconteciam segundo os interesses econômicos das famílias e eram tratados como temas de primeira e essencial grandeza. Para este autor,

[...] durante a Idade Média, os representantes da nobreza eram incapazes de conceber um casamento alicerçado pelo amor dos pretendentes e, invariavelmente, as diferenças etárias eram muito grandes entre os contratantes (BAUER, 2001, p. 31).

Não sabemos se Dhuoda se casou com Bernardo por amor ou não, e isto não vem ao caso neste momento. O que nos importa é que as palavras de Bauer nos levam a crer que Dhuoda realmente era originária de família nobre e que, neste caso, era natural que a educação de seu filho fosse de acordo com a linhagem da família.

Em seu *Manual* para a formação para Guilherme, Dhuoda explica seus ideais religiosos e profanos a favor da construção de um modelo de educação condizente não somente com a estirpe de sua família, mas, sobretudo, com as novas formas de convivência entre os homens, as quais eram inerentes ao sistema social que vinha sendo construído lentamente logo após o declínio do Império romano, ou seja, o sistema feudal.

Fundamentando-nos na literatura, podemos considerar que a formação deste sistema ocorreu por força de fatores conjunturais e estruturais. Em relação à conjuntura social da época, o isolamento no campo e a conseqüente ruralização eram uma forma de segurança contra as invasões, posto que esta segurança não era mais encontrada nas cidades. No campo, os camponeses viviam primeiro próximos da moradia dos senhores e depois em torno dos castelos fortificados,

refugiando-se neles sempre que vislumbravam perigo eminente. Já os elementos estruturais que levaram ao estabelecimento dos feudos podem ser divididos, segundo Guizot, conforme sua origem romana ou germânica. De Roma influíram as vilas, a decomposição do escravismo e a descentralização do poder político. Dentre os fatores de origem germânica, podemos citar a economia natural sem circulação da moeda, a instabilidade social com a divisão da sociedade em guerreiros, homens livres e escravos, o sistema político baseado em tribos, sem Estado, e a idéia de reciprocidade entre comandantes e comandados do *comitatus*⁴, bando armado para guerrear, baseada na confiança e em laços de dependência pessoal.

Para nos referirmos ao feudalismo, bem como ao processo ocorrido para a formação deste sistema, nos fundamentamos, principalmente, no pensamento de Ganshof e Guizot.

Ganshof (1968), propõe duas concepções fundamentais sobre o feudalismo, as quais são aceitas atualmente pelos historiadores. Para este autor, com relação à estrutura da sociedade ou do estado, o feudalismo pode ser definido como

[...] um tipo de sociedade cujos caracteres determinantes são: um desenvolvimento, levado até muito longe, dos laços de dependência de homem para homem, com uma classe de guerreiros especializados a ocuparem os escalões superiores dessa hierarquia; um parcelamento máximo do direito de propriedade; uma hierarquia dos direitos sobre a terra provenientes desse parcelamento e

⁴ Termo latino empregado pelo historiador romano Tácito (55-57?), para designar grupo de homens armados que formavam voluntariamente a guarda pessoal dos príncipes e reis germânicos (AZEVEDO, 1999, p. 110).

correspondendo à hierarquia dos laços de dependência pessoal a que se acaba de fazer referência; um parcelamento do poder público, criando em cada região uma hierarquia de instâncias autônomas, que exercem, no seu próprio interesse, poderes normalmente atribuídos ao estado e, em épocas anteriores, quase sempre da efetiva competência deste (GANSHOF, 1968, p. 09).

Este modelo de sociedade descrita por Ganshof, também chamado regime feudal, é específico dos estados nascidos das partilhas do Império Carolíngio. Ele apresenta também uma segunda acepção sobre esse período:

[...] um conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de obediência e de serviço, sobretudo militar, da parte de um homem livre, chamado vassalo, para com outro homem livre, chamado senhor, e obrigações de proteção e sustento da parte do senhor para com o vassalo; a obrigação do sustento tem como efeito, na maior parte dos casos, a concessão pelo senhor ao seu vassalo de um bem chamado feudo (GANSHOF, 1968, p. 10).

A segunda concepção de feudalismo, a nosso ver, é mais técnica e conceitual, mais jurídica, ou seja, menos ampla, enquanto a primeira é, sobretudo, social e política. No entanto, podemos considerar também, guardadas as proporções, que as duas acepções têm algo em comum, uma vez que em ambas o feudo se apresenta como o elemento mais importante na hierarquia dos direitos sobre a terra que esta sociedade comporta.

Considerando-se este contexto social, pode-se afirmar que a obra de Dhuoda apresenta elementos importantes acerca da educação dos homens naquele período. Por meio dela, pode-se compreender quais eram as grandes motivações ou acontecimentos que levavam os homens daquela sociedade a se educarem uns aos outros de uma maneira determinada.

No momento em que Dhuoda escreveu o *Manual*, a nova sociedade estava sendo gestada, os velhos costumes estavam sendo dissolvidos, os homens estavam à procura de um novo modelo de comportamento, uma direção, ou seja, algo que os orientasse na construção de um relacionamento social que se caracterizasse pela convivência e não pela violência decorrente de novas invasões bárbaras. É o princípio de um sistema político baseado em mútuas obrigações de vassalos e senhores de terra. Neste momento instável e inseguro, os conflitos sociais, provocados pela desestabilização política, econômica e social, obrigou os homens a repensarem o papel que exerciam na sociedade.

Desta forma, a desordem instalada no Ocidente, em meados do século IX, foi marcada pelo princípio da decadência carolíngia⁵, pelas invasões de ondas nômades de origem normanda, húngara e eslava e pelo início do feudalismo⁶.

⁵ “Desintegração do Império Carolíngio, causado pela interrupção de dois acontecimentos estreitamente ligados, de um lado, crises internas e a decadência da monarquia carolíngia, chave mestra da estrutura política ocidental; e de outro, o ataque simultâneo de novos invasores provenientes do sul, do norte e do oriente” (PERROY, 1974, p. 145).

⁶ “Organização social baseada na propriedade da terra e caracterizada pelo predomínio econômico e político de senhores sobre uma classe servil e com conseqüente enfraquecimento do poder central” (LE GOFF, 1979, p. 78).

Conservando suas armas, seus hábitos, sua língua, sua religião politeísta e seus reis, os povos nômades adaptaram-se ao mundo ruralizado, introduzindo, porém, alguns de seus costumes, como a noção de fidelidade pessoal entre o rei e seu séqüito de guerreiros. O reino, para eles, era considerado uma posse do rei que recompensava seus fiéis seguidores com terras e espólios dos saques.

Considerando-se este contexto, abordaremos primeiramente a forma como esses fatos transformaram a vida dos homens na sociedade ocidental, modificando assim, suas relações pessoais e sociais.

Essas mudanças no cenário carolíngio, de acordo com Guizot, Duby, Le Goff entre outros, fizeram com que predominasse no Ocidente, a economia rural, em decorrência do medo e da insegurança instalados durante as invasões. Em decorrência desses fatos, a vida urbana enfraqueceu, o comércio deixou de ser uma atividade importante culminando na prática da agricultura, no trabalho servil, e numa forma de organização política descentralizada.

De acordo com o pensamento de Duby, o surgimento do feudalismo está diretamente ligado ao fim do Império Romano do Ocidente, pois sua formação passou pela crise e ruralização do império nos séculos IV e V, pela constituição dos reinos romano-germânicos nos séculos VI e VII, pela organização do império carolíngio nos séculos VIII e IX, para enfim se firmar em fins do século IX e princípios do século X.

Para esse autor, a crise do escravismo em Roma, desde o século III d.C., exigiu o aproveitamento dos homens pobres que migravam para o campo em busca de subsistência. Nesse processo de ruralização tornaram-se importantes as vilas romanas que eram propriedades agrícolas auto-suficientes.

Neste cenário, a Igreja Católica, transformada em religião oficial do Império em 392, por Teodósio, estruturou-se como poder temporal e Estado Pontifício entre 440 e 752. Fundamentando-nos em Gilson, podemos dizer que a partir de 492 Roma começou a difundir a doutrina dos dois poderes, segundo a qual os bispos eram responsáveis pelos soberanos temporais perante Deus e estes, por sua vez, deviam ficar subordinados à Igreja. O papa, pai da Igreja e bispo de Roma, não podia ser julgado por ninguém e, em 590, Gregório I centralizou os bens eclesiásticos, estabeleceu as bases do poder territorial do papado e transformou o bispo de Roma no soberano temporal da cidade. O Estado Pontifício passou a ter poder sobre os imperadores, que, para serem reconhecidos, deviam ser coroados pelo papa. A partir de 860 todo o aparato administrativo da Igreja foi centralizado em Roma que agia como monarquia absolutista.

Para Gilson (1995), a Igreja foi a única instituição que sobreviveu à queda do império Romano do Ocidente. O império romano morreu, mas a Igreja conseguiu conservar sua cultura em meio ao desastre, impondo-se aos povos do Ocidente. Sua influência foi grande, pois, o cristianismo estabeleceu fortes vínculos sociais, especialmente com os novos povos que ocuparam os espaços geográficos e políticos do mundo Romano. Naquele mundo inseguro e confuso, na medida em que o Estado Romano se desintegrava, a Igreja assumia muitas de suas funções,

principalmente as de cunho assistencial. Podemos inferir que, por meio da conversão desses povos germanos, godos, ostrogodos, ao cristianismo e de sua integração com os romanos, a Igreja ganhou uma importância significativa, assumindo importantes cargos políticos, administrativos e culturais, além do espiritual. Na Alta Idade Média, a cúpula da Igreja já detinha imensas riquezas, transformando-as na maior proprietária de terras do Ocidente. O patrimônio recebido dos imperadores foi acrescido de esmolas, de doações territoriais e de heranças de cristãos que procuravam garantir, dessa forma, a salvação de sua alma após a morte.

A análise que Ruy Nunes faz sobre a influência da religião na vida dos homens é de fundamental importância para a compreensão de sua ação educadora.

[...] A religião era, com efeito, a mola propulsora de toda atividade pedagógica; o estudo e a investigação não tinham finalidade em si mesmos, mas endereçavam à busca da perfeição cristã, enfim, o elemento religioso ocupava a posição central na vida interior da idade média (NUNES, 1979, p. 169).

Neste sentido, o elemento religioso constituía-se numa base para o desenvolvimento moral e intelectual do homem medieval. Ao zelar e indicar o caminho da salvação da alma, os teóricos/teólogos da Igreja apresentaram uma ordenação social. A influência da Igreja na educação dos homens ganhou, desse modo, uma força ainda maior com o sistema feudal, pois sua influência ocorreu não somente no plano da espiritualidade, mas também no domínio material.

A contribuição da Igreja, com relação à herança cultural deve-se, principalmente, ao trabalho realizado pelos monges. Nunes nos recorda que,

[...] os monges dedicaram-se à cópia e à reprodução dos preciosos manuscritos, assim como a publicação de obras de escritores que lhes confiasse a tarefa da edição (NUNES, 1979, p. 167).

Pode-se concluir desta forma que, se hoje podemos usufruir a riqueza literária encontrada nas obras de Cícero, Sêneca, Epicuro, Boécio, e outros, foi graças ao trabalho incansável desses monges. Por meio deles, podemos conhecer um pouco mais sobre a construção e a transformação de nossa civilização, da Antigüidade à Idade Média. Todos eles, de alguma forma, contribuíram com a formação do homem da sociedade moderna.

Ainda sobre a influência da Igreja na vida dos homens daquele período, ilustramos o pensamento do medievalista contemporâneo Karnal. Este coloca que,

[...] é impossível estabelecer uma caracterização única para a Igreja Medieval, pois, ela esteve presente em todos os setores da vida individual e coletiva dos homens, concentrou energias de toda a sociedade européia apresentando-se diversificada em qualquer sentido da palavra, incluindo regiões culturais ou geográficas (KARNAL, 2002, p. 48).

Para este autor, a construção da sociedade contemporânea foi sensivelmente influenciada pelo comportamento dos homens medievais, nobres ou eclesiásticos e, por meio destes, recebemos a herança cultural da Igreja, a qual sempre caminhou em consonância com o movimento social e político da história.

Podemos considerar que os principais papéis desempenhados pela Igreja eram a disseminação de valores ideológicos junto aos camponeses, ou seja, à Igreja cabia a função de organizar e ordenar a sociedade visando o bem comum, impondo assim, a idéia de universalidade pautada nos valores cristãos. A formação educacional e instrução geral dos representantes da nobreza; a cultura, a arte e também a assistência aos pobres, eram funções exercidas pela Igreja. Sobre a importância da religiosidade e a influência da Igreja na Idade Média é importante salientar, como observa Hilário Franco Júnior, que:

[...] psicologicamente, o homem da época feudal era tão complexo quanto seus antepassados ou seus descendentes, mas talvez possamos, para os nossos objetivos, destacar três traços, profundamente interligados. O primeiro deles é a supranaturalidade, isto é, a tendência a interpretar todos os acontecimentos como manifestação divina. Portanto, a compreensão dos objetos e dos fenômenos deveria se dar através da fé e da sensibilidade mais do que da inteligência. Deste ponto de vista, o mundo terrestre seria apenas um reflexo deformado do mundo celeste, imagem que o homem deveria se esforçar para entender olhando para além das aparências materiais. A realidade estava no invisível, detrás das máscaras visíveis, mas

ilusórias. Identificadas as forças sobrenaturais, benéficas ou maléficas, responsáveis por determinados acontecimentos, o homem poderia tentar intervir através de preces, jejuns, peregrinações, exorcismos, amuletos, etc. Portanto, o mundo terrestre era visto como palco da luta entre as forças do Bem e as do Mal, hordas de anjos e demônios (FRANCO, 1992, p.78)

Neste sentido, podemos verificar que, num mundo em que predominam a manifestação divina sobre a inteligência, aqueles que freqüentam o universo religioso dispõem de grande influência e poder, ocupando assim, altos cargos. Esses cargos sempre foram ocupados por filhos de famílias nobres, enquanto suas filhas ficavam encarregadas de dirigirem conventos destinados a abrigar as mulheres que tivessem “vocaçãõ religiosa” e inabalável disposição para servirem a Deus.

Para a Igreja, o homem tinha um destino espiritual, uma outra vida após a morte, fosse no céu ou no inferno. Por isso na Terra ele deveria preocupar-se, exclusivamente, com sua salvação e a missão da Igreja era ajudá-lo nessa tarefa. Souza aborda que,

[...] política e religião caminhavam lado a lado, sendo que muitas vezes se interpenetravam, outras vezes se confundiam, dessa maneira, pensamento político e ação significavam a práxis de uma moral a ser vivida através da prática das boas obras que a fé impunha (SOUZA, 1995, p. 166).

Podemos observar, por meio das palavras de Souza, e considerando a mentalidade profundamente religiosa do homem no medievo que a Igreja interferia na atuação secular dos monarcas e dos homens, aconselhando-os, censurando-os e questionando-os sobre sua conduta.

A importância da Igreja naquele período é comprovada também pela fundação e construção de mosteiros advindos de doações reais e que constituíam os centros mais avançados da vida cultural e econômica da Alta Idade Média, assumindo um relevante papel no processo de reorganização e fortalecimento da religião.

Outro autor que nos esclarece sobre a interferência da Igreja no poder secular é Falbel. Para este autor,

[...] nos anos em que o processo de feudalização da Igreja e da sociedade carolíngia como um todo é extremamente acelerado devido ao desmembramento interno e à grande repartição de terras, em que fervilham as ambições da aristocracia, não é fácil conduzir uma política que harmonize os três reinos e os descendentes de Luís, o Piedoso, neste sentido a Igreja tentava disciplinar e ao mesmo tempo proteger-se da cupidez generalizada entre os homens (FALBEL, Apud, SOUZA, 1995, p. 189).

Neste sentido, podemos dizer que com a estruturação do feudalismo juntamente com a ascensão do cristianismo, progressivamente consolidou-se, de um lado, o poder dos senhores feudais e, de outro, o poder da Igreja.

Guizot aponta que, antes dessa época, existia uma sociedade muito diferente.

Para ele, o que predominava desde as primeiras ondas de invasões nômades era a instabilidade em tudo, o homem convivia com a ignorância, com as paixões brutais, prevalecendo assim, um estado baseado na força.

Para Guizot, essa situação patenteia-se na situação das classes,

[...] serão regulares e permanentes as relações das diferentes classes? É vulgar ver homens mudando de situação para entrarem ao serviço de alguém, porque d'ele receberam um dom e passaram a ser leudas; outros mesmo que vão cair na classe dos escravos. Por outro lado leudas há que trabalham por se desligarem de seus patronos, por se tornarem independentes e reentrar na classe dos homens livres. Há por toda a parte um movimento e um constante perpassar de uma classe para outra; há incerteza e instabilidade geral nas relações das classes; nenhum homem permanece na sua situação e nenhuma situação persiste (GUIZOT, 1907, p. 97).

Podemos inferir que um caos social estava espalhado por toda Europa ocidental, abalando-a e obstaculizando o estabelecimento de uma certa ordem. Com

relação à esta instabilidade presente entre os segmentos sociais, Guizot nos relata que,

[...] Nas instituições há a mesma instabilidade, o mesmo caos. Acham-se frente a frente três sistemas: a realeza, as instituições aristocráticas, ou o patronato das terras e dos homens uns sobre os outros, e as instituições livres. Em nenhum sistema há coisa alguma fixa, todas as instituições são como as situações sociais, coexistem, confundem-se e mudam constantemente. Há a mesma mobilidade nos estados, que ora são criados, ora são suprimidos, ora fundidos, ora divididos; não há raias; não há governo, não há povos, mas só a confusão geral das situações, dos princípios, dos fatos, das raças, das línguas: tal é a Europa bárbara (GUIZOT, 1907, p. 97-98).

Neste sentido, a unidade e a civilização geral desapareceram, pois os homens deslocavam-se por todos os lados formando sociedades obscuras e isoladas, enfim, o que havia era uma sociedade sem governo. De acordo com Guizot (1907), alguns de seus contemporâneos julgavam esse como um período de anarquia universal, já os poetas e os cronistas daquela época interpretavam-no como a chegada do fim do mundo.

Contudo, para ele, era uma nova sociedade que estava começando. Aos poucos, os homens foram se adaptando à nova forma de conviver, de se relacionar, enfim, de sobreviver.

Obrigações de serviço de uma parte e de proteção de outra, tornaram-se laços comuns naquele período.

Esses laços, para Guizot, fundamentariam as relações que se desenvolveram entre os senhores e seus vassalos no período feudal.

Neste sentido, podemos inferir que no Ocidente medieval começaram a se revelar novas estruturas sociais, particularmente na maneira como se repartiam a riqueza e o poder e na maneira como se concebia a relação do homem com Deus.

Essas novas estruturas, decorrentes da união entre as culturas bárbaras e germânicas, consolidaram as relações feudais. Para Riché,

[...] a fusão entre os povos bárbaros e germânicos, ocorreu de forma lenta, sendo a aproximação das aristocracias, o primeiro elemento responsável por esta fusão. A aristocracia de origem romana aproximou-se da aristocracia germânica por interesse. Em consequência de casamentos mistos, ao principio proibidos, os dois grupos confundem-se, nos seus trajes, nos seus nomes, nos seus costumes e mesmo nas suas culturas. [...] outro fator, que favorece a fusão das aristocracias e das populações e a conversão dos bárbaros ao catolicismo, é o papel importante que a igreja desempenhou na sociedade desta época (RICHÉ, 1980, p.139-140).

As questões colocadas por Riché confirmam o importante papel exercido pela Igreja naquele momento: ela contribuiu de forma significativa para que romanos e nômades convivessem de forma que as duas culturas se fundissem. Esta fusão fica explicitada quando se observa a base em que se assentaram as relações feudais e que, nitidamente, contempla costumes tanto romanos como bárbaros.

Com relação a esta associação entre as culturas romanas e bárbaras, Duby aborda alguns costumes herdados da sociedade romana e germânica que constituíram o regime feudal:

[...] a “clientela”, que estabelecia as relações de dependência social entre os indivíduos na sociedade romana, constituiu a base sobre a qual se desenvolveram as relações de dependência do mundo feudal (senhor-servo). O “colonato”, outra herança romana, impôs a fixação do homem a terra. Instituído pelo governo imperial, o colonato objetivava conter o êxodo rural e a crise de abastecimento provocada pela falta de mão de obra escrava. Os colonos, embora juridicamente livres, não podiam abandonar as terras, submetendo-se à autoridade dos grandes proprietários rurais. Juntamente com o “precarium” (entrega de terras a um grande senhor em troca de proteção), o colonato constituiria a base da servidão medieval. O “comitatus”, instituição germânica que estabelecia a relação de lealdade entre os guerreiros e o chefe tribal, foi o alicerce das relações feudais de “suserania” e “vassalagem” (DUBY, 1980, p.114).

Partindo das considerações de Duby, podemos observar que a relação de dependência entre o senhor e o servo, no feudalismo, surgiu de um costume romano, a clientela. Contudo, o alicerce das relações de suserania e vassalagem era um princípio germânico, o comitatus, ou seja, companheirismo, o qual estabelecia a relação de lealdade entre os guerreiros e o chefe tribal. A fidelidade, relação muito importante no feudalismo, teve então sua origem nos costumes bárbaros.

Segundo Ganshof (1968), um juramento de fidelidade, uma promessa de ser fiel, não pressupunha somente o apelo à divindade, implicava ainda o toque em uma relíquia. Para esse autor,

[...] a junção do juramento de fidelidade com a recomendação ocorreu por conta da preocupação que os senhores tiveram, de garantir mais rigorosamente a execução dos deveres dos seus vassalos. Havia também, um certo interesse por parte de pessoas livres em prestar tal juramento, principalmente quando se tratava da vassalagem do rei e quando o vassalo alcançava dele um benefício (GANSHOF, 1968, p. 33).

Encontramos a união entre vassalagem e benefício nas relações existentes entre os primeiros carolíngios. Nesta época de guerras constantes, os reis, para poderem dispor de numerosos e dedicados guerreiros, multiplicaram o número de seus vassalos. Segundo Ganshof, os reis

[...] distribuíram aos vassalos, terras a fim de os porem em condições de poderem obter, além do

sustento a que tinham direito, um equipamento completo de guerra, ou seja, o benefício era uma concessão pouco onerosa ou mesmo gratuita que o beneficiário devia à benevolência do concessionário (GANSHOF, 1968, p. 24-28).

Ao mesmo tempo, havia entre essas relações o juramento de fidelidade que, numa sociedade em que a fé era muito importante, ser infiel era o mesmo que cometer um pecado mortal. Em suma, quem prestava o juramento comprometia-se para o futuro.

A seguir, descreveremos a cerimônia do juramento de fidelidade, descrita por Ganshof, no momento em que o duque de Baviera, Tassilon III, entrou na vassalagem do rei Pepino III em 757. Segundo este autor, os anais reais descrevem essa cerimônia da seguinte forma:

[...] e aí veio então Tassilon, duque de Baviera recomendando-se em vassalagem pelas mãos; prestou numerosos juramentos, inumeráveis, pondo as mãos sobre as relíquias dos santos, e prometeu fidelidade ao rei Pepino e a seus filhos, tal como um vassalo de espírito reto e dedicação firme, por direito, deve ser para com os seus senhores (GANSHOF, 1968, p. 46).

O contrato vassálico era efetuado livremente por ambas as partes. Para Ganshof, Carlos, o Calvo, em 847, lembrava este princípio: [...] Queremos igualdade, que cada homem livre de nosso reino possa escolher como senhor quem ele quiser, quer nos escolha a nós, quer um de nossos fiéis (GANSHOF, 1968, p. 48).

Entretanto havia normas também para cessar o contrato. Caso um vassalo quisesse deixar o seu senhor era preciso que este último tivesse querido matá-lo, lhe batesse com um pau, lhe violasse a mulher ou com ela praticasse adultério, lhe violasse a filha ou a seduzisse, tirasse ao vassalo um bem próprio, fizesse dele seu servo, o agredisse com a espada ou não o tivesse defendido, podendo tê-lo feito.

Para Ganshof, esta interdição ao vassalo para deixar o seu senhor sem seu consentimento foi praticada com muita frequência pelos sucessores de Carlos Magno. A partir da época carolíngia existiu aquilo a que se poderia chamar uma mística da vassalagem, uma vida interior forjando em inúmeros vassalagos a dedicação absoluta ao senhor, razão de ser essencial da instituição. Ainda para o mesmo autor, o caráter religioso da fidelidade jurada contribuía muito para alimentar esta chama. É essa dedicação que se sobressai na exortação dirigida por Dhuoda a seu filho Guilherme. Ela exorta-o à fidelidade para com o senhor eleito e recomendado pelo pai: o rei, Carlos, o Calvo.

[...] Tienes a Carlos como señor, porque Dios, como creo, y tu padre Bernardo lo han elegido, para que tú le sirvas ya desde los primeros años de tu juventud con todas tus fuerzas; ten en cuenta que has salido de una familia elevada y noble por ambos padres; no le sirvas sólo por ser agradable a tus ojos, sino también conforme a tu inteligencia, tanto mediante el cuerpo como mediante el alma; guárdale en todo contecimiento una fidelidad provechosa, leal y segura (DHUODA, 1995, p. 86).

Assim entendemos que exortação à fidelidade por parte de Dhuoda tinha como fim que seu filho fosse respeitado por todos, pois naquela sociedade esta virtude significava conservar a própria vida, mas, acima de tudo, a linhagem.

Naquela sociedade em que predominava a suserania e a vassalagem, os indivíduos moravam próximos aos seus senhores. Neste sentido, o sedentarismo originado do modo de vida da sociedade romana serviu como modelo de vida a esse povo habituado a costumes nômades. Paradoxalmente, apesar da vida no feudo implicar isolamento e distanciamento entre os homens, ela permite ao mesmo tempo que se estabeleçam hábitos sedentários, os quais possibilitaram, ao menos entre os familiares no feudo, a apropriação de novos comportamentos.

Para Oliveira (2000), com o advento do feudalismo tudo se transformou em individual. Tudo passou a ser feito no sentido de proteger a vida. A própria habitação deveria ser construída para permitir a sua conservação

A autora afirma que a influência do feudalismo na construção da família moderna foi muito importante,

[...] foi a partir da implantação do feudalismo, por conseguinte, do estabelecimento de uma vida sedentária que a sociedade do Ocidente Medieval começou a adquirir hábitos civilizados. Com o feudalismo, teve início o processo de constituição da família moderna; os hábitos da leitura puderam ser criados ou retomados, tudo se transformou em individual; tudo passou a ser

feito no sentido de proteger a vida. (OLIVEIRA, 2000, p. 148).

Com o advento do feudalismo, as mulheres passaram a ter uma função muito especial na sociedade. Muitas delas passaram a ser valorizadas, entre outras razões, porque eram responsáveis pela segurança da família e da propriedade quando os senhores feudais saíam para as guerras e para as pilhagens.

A concepção de Wemple (1990) sobre a função feminina no feudo não é diferente da de Oliveira: o serviço do rei e a guerra absorviam as energias dos homens e a supervisão dos domínios familiares era muitas vezes deixada nas mãos das mulheres. Isto acontecia com Dhuoda, ela permanecia em Uzès e percorria os domínios rurais enquanto Bernardo passava seu tempo na corte como camareiro imperial.

Bauer (2001), também, nos mostra a importância das mulheres nessa sociedade. Uma tarefa de grande responsabilidade assumida pela mulher, segundo ele, era representar publicamente o marido ausente. Nas condições de vida social de então, com suas constantes e intermináveis guerras e os letárgicos meios de comunicação, a mulher devia assumir todas as responsabilidades e todas as obrigações do senhor feudal e exercê-las em seu nome. Por este motivo, sua educação teria que ser bastante completa para desempenhar com êxito as diversas e complexas atividades que lhes eram destinadas.

Assim, entendemos que as mulheres da nobreza realizavam com tanto zelo e dedicação suas ocupações que, em muitas ocasiões, ficavam responsáveis pela

defesa do castelo diante dos incontáveis ataques a que o feudo era submetido. Pode-se verificar, portanto, como a mulher nobre tinha um papel importante e decisivo na vida social e exercia um poder efetivo no cenário em que atuava.

Por meio desta nova forma de pensar, os homens passaram a agir de maneira bastante similar, suas atitudes, seus comportamentos aproximavam-se, revelando pontos em comum. Foi a partir do feudalismo então, que as famílias puderam compartilhar uma convivência mais próxima e, desta forma, criar vínculos uns com os outros.

Ainda com relação ao distanciamento entre os homens no período feudal, Bloch fornece detalhes deste cenário:

[...] para além dos terrenos amanhados, envolvendo-os e penetrando-os, desenrolavam-se florestas, matos e charnecas, imensas zonas selvagens, das quais o homem raramente estava de todo ausente, mas que, sendo carvoeiro, pastor, eremita ou fora-da-lei, habitava apenas à custa de um longo afastamento dos seus semelhantes (BLOCH, 1979, p. 81).

Podemos observar no relato de Bloch que a dispersão entre os grupos humanos provocava sérias dificuldades com relação à comunicação, aumentadas ainda mais com a falta de manutenção das vias romanas, sobretudo as pontes, que já não eram reparadas ou inexistiam num grande número de localidades. Acrescido a isso, podemos citar a insegurança, agravada pelo despovoamento.

Um outro aspecto importante a ser destacado sobre o feudalismo foi o nascimento da sociedade estratificada, sem mobilidade e composta por três grupos sociais: o clero (religiosos), a nobreza (guerreiros) e os servos (camponeses). Ao analisar as palavras de Adalberon, Hilário Franco observa que:

[...] todos esses membros eram religiosos no sentido de se verem realizando tarefas determinadas por Deus, não importa se rezando, combatendo ou cultivando, e de cujo bom cumprimento dependia o mundo; todos eram de certa forma guerreiros, pois viver nesta época significava enfrentar constantemente demônios, vizinhos, animais selvagens, mau tempo, doenças, enfim a condição humana era vista como em exílio neste mundo enquanto se esperava o paraíso; todos eram camponeses, não apenas aqueles que trabalhavam diretamente a terra, já que se vivia do produto da terra, na terra e pela terra, ou seja, os clérigos abençoavam e os guerreiros defendiam..
(FRANCO JR, 1999, p. 79).

Podemos observar, por meio dessas palavras, que naquela sociedade alguns rezavam, outros guerreavam e outros trabalhavam. O gênero humano estava, desde sua origem, dividido em três grupos sociais: as gentes de oração, os cultivadores e as gentes da guerra. Essa divisão obedecia às regras de descendência familiar, ou seja, os descendentes dos antigos romanos ou dos chefes germânicos formavam as camadas mais altas da sociedade e a outra parcela da população compunha as camadas mais baixas.

Desta forma, o estamento fundamenta-se na origem e na função das pessoas. No modelo desta sociedade, os direitos e privilégios eram atribuídos aos proprietários de terras, as posições sociais eram rígidas, sendo muito difícil a mudança de estamento ou a mobilidade social. Aos nobres cabia a função social de controlar as armas para “proteger” os servos e lhes impor a idéia de justiça. Duby explica o significado deste tripé social, da seguinte maneira:

[...] os *laboratores* são os que fornecem a subsistência, os que cultivam com uma charrua e os que fazem com as próprias mãos, ou seja, todos os agricultores; os *oratores*, são os que intercedem por nós junto a Deus e que desenvolvem o espírito cristão no povo cristão, ao serviço de Deus por um labor espiritual, votados por isso somente ao serviço de todos; e os *bellatores*, são os que defendem as nossas praças-fortes como também a nossa terra, combatendo pelas armas o inimigo invasor, não usa a arma sem razão, é ministro de Deus (DUBY, 1982, p. 128).

Esta estrutura estabelecida pelo sistema feudal, de forma que os indivíduos se conformassem às suas funções na terra, era colocada muitas vezes aos homens, como vontade divina. A Igreja Católica, por sua vez, legislava nessa relação, pois afirmava que, de acordo com a vontade divina, alguns homens nasciam para orar, outros para guerrear e outros para trabalhar. Essa transformação social, acentuada com os sucessores de Carlos Magno, especialmente com os filhos de Luis, o Piedoso, acabou por ruir o plano de Carlos Magno, ou seja, fazer daquele território um império forte como outrora fora o império romano.

Vários historiadores (Duby, Le Goff, Nunes, Riché), nos relatam a mudança social ocorrida naquele período, principalmente com relação aos netos de Carlos Magno.

A troca de benefícios foi evidenciada no momento em que os filhos de Luís, o Piedoso presentearam grandes guerreiros com terras em troca de proteção às suas propriedades. Processava-se, assim, segundo Guizot (1907), o fortalecimento de uma aristocracia territorial composta por homens que, uma vez beneficiados pelo rei, tornaram-se senhores em uma determinada parcela de terra.

Segundo Riché (1980), a fragmentação do império em reinos e as novas invasões que assolaram o século IX não arruinaram a obra religiosa e cultural dos carolíngios. A Bíblia era considerada naquele período como a única fonte moral em que os homens deviam aprender e mirar-se. No entanto, não era lida ou estudada por todos os leigos. Estes a conheciam por meio da pregação e interpretação feita pelos homens da Igreja. Assim sendo, seus ensinamentos eram reproduzidos pela sociedade.

Podemos pontuar, segundo Merino (1995), que neste período houve um florescimento da religiosidade mediante a reforma de muitos mosteiros e uma grande influência de mestres célebres como Alcuíno, Jonas de Orleans, Walfido Estrabón e Jean Escoto Erígena, mestre da escola palatina de Carlos, o Calvo.

Sobre a questão da religiosidade na educação, Suzane Fonay Wemple (1990) lembra-nos que a educação neste período era limitada ao conhecimento aprofundado da Bíblia e dos padres da Igreja. Para a autora, as instituições cristãs organizavam o currículo sob a luz e a inspiração da instrução religiosa, pois tinha-se a convicção de que somente a Bíblia continha a verdadeira e salutar sabedoria para os homens.

Podemos considerar, neste sentido, que a intelectualidade se restringia aos homens do clero ou da nobreza que se tinham fundamentado nos ensinamentos bíblicos. Às mulheres da nobreza, cabia-lhes a procriação e a educação dos filhos. Além disso, tinham de velar para que seus filhos tivessem uma educação religiosa adequada. Wemple conclui, em seus estudos, que as mulheres carolíngias consagravam menos anos do que as mulheres de hoje a educar os seus filhos, mas casavam mais cedo, tinham mais filhos e menos tempo de vida.

Fundamentando-se nos ensinamentos da religião, muitas pessoas, mesmo não sendo eclesiásticas, também contribuíram para a construção da sociedade, propondo de forma direta ou indireta modelos de educação imbuídos do cristianismo.

Essas pessoas fizeram parte da história dos homens medievais e continuam conhecidas na modernidade devido ao papel social que desempenharam. Dentre essas personagens, Dhuoda destaca-se por escrever um *Manual* de educação para

seu filho em meados do século IX. Sua obra, considerada por muitos autores uma espécie de *Espelho de Príncipe*, fornece conselhos, regras e exortações que valem para toda a sociedade daquela época.

Ao redigir o *Manual*, Dhuoda pretende que Guilherme o entenda como um espelho, por meio do qual deve contemplar sem hesitação a saúde de sua alma. Para ela, seu filho deve agradar não só as pessoas do mundo, mas também *aquela* que o criou. Para tanto, recomenda a Guilherme que consulte freqüentemente o *Manual*, pois nele,

[...] encontrarás em el todo lo que deseas aprender; tambien hallaras un espejo en el que podras contemplar sin duda la salud de tu alma, de forma que puedas agradar em todo, no solo al mundo, sino tambien al que te há formado del polvo de la tierra (DHUODA, 1995, p.55).

Nesta passagem, Dhuoda dá ênfase a Deus que criou o homem. Para ela, a sociedade deve se organizar materialmente e moralmente fundamentada em Deus. Deus é muito importante, mas é por meio do respeito às relações terrenas e ao próximo que se demonstra esse amor ao criador. O poder de Deus em julgar as pessoas era muito temido por Dhuoda. Observemos esta passagem em que ela demonstra o respeito a esse poder supremo de Deus, bem como sua sublimidade:

[...] Dios es grande y sublime porque pone sus ojos sobre los humildes y conoce de lejos lo que desea sobresalir. Sus ojos juzgan, Él mismo observará por encima de los hijos de los hombres, y conoce quién le entiende y quién le busca (DHUODA, 1995, p. 76).

Neste sentido, Dhuoda demonstra entender claramente a influência que a religião cristã exercia no comportamento dos homens daquele momento. Ela viveu no auge das transformações e das muitas dificuldades do período de desintegração do Império Carolíngio.

CAPÍTULO 2

O *MANUAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ SOB A ÓTICA DE DIVERSOS* HISTORIADORES

No capítulo anterior, discutiram-se algumas questões referentes ao contexto sócio-político-econômico do século IX, período em que o feudalismo começou a se firmar, adquirindo maior estabilidade no seio da sociedade medieval e modificando a maneira de os homens se organizarem socialmente.

Nesta perspectiva, considerando-se as transformações sociais e a contribuição de Dhuoda para a educação naquele período, discute-se neste capítulo, a concepção que alguns autores têm de seu *Manual*, bem como os importantes elementos que eles nos apresentam sobre ele. Eles nos permitem conhecer um pouco mais sobre a influência do pensamento desta autora no comportamento dos homens daquele momento.

Discutiremos, de forma breve, algumas questões sobre a origem do manuscrito e as edições do *Manual* de Dhuoda.

Segundo Merino (1995), existem várias hipóteses sobre a origem do manuscrito de Dhuoda. Segundo o estudioso da obra, existe uma versão em latim do Manual na biblioteca do arcebispo de Toulouse, Pierre de Marca. Além disso, há também, uma versão do manuscrito, na biblioteca municipal de Nîmes e outra versão, na biblioteca Central de Barcelona. Para esse autor, há uma certa

uniformidade nos manuscritos encontrados nas bibliotecas de Nîmes e de Barcelona, cujas pequenas diferenças em algumas abreviaturas e títulos dos capítulos não comprometem seu conteúdo.

Em 1887, Édouard Bondurand, publicou uma nova versão do *Manual*, organizando as informações contidas nos manuscritos pertencentes às bibliotecas de Nîmes e de Barcelona, agrupando, assim, informações de ambos em uma só publicação. Baseado no *Manual* de Bondurand, de origem latina, Riché elaborou uma nova edição, vertendo o texto latino para o francês.

Seguindo o caminho de Riché, Merino⁷ (1995), utilizou a segunda edição do texto francês, de 1991, e o traduziu para a língua espanhola. De acordo com Merino, pode-se encontrar edições na versão alemã⁸, na versão inglesa⁹, na versão italiana¹⁰ e na versão catalana¹¹.

Nossa fonte de pesquisa, o *Manual*, é a versão em espanhol, traduzida por Marcelo Merino.

Citaremos primeiramente uma passagem em que Nunes nos mostra como, naquela época, eram comuns os escritos estilo “*Espelhos de Príncipe*” e a importância que tinham para a formação moral dos governantes.

⁷ Marcelo Merino Rodríguez. Profesor Ordinario de Patrología, del Instituto de Historia de la Iglesia (Universidad de Navarra, Pamplona). <http://www.unav.es/ihi/curriculum/merino/default.html> .(12/01/2005).

⁸ G. MEIER, Einleitung und Übersetzung, col. “Bibliothek der Katholischen Pädagogik”3, Freiburg, 1980.

⁹ M.E. BOWERS, The Liber *Manual* is of Dhuoda: Advice of a Ninth Century Mother for her Sons, The University of America, Phil. Diss.1977

¹⁰ S.GAVINELLI-G. ZANOLETTI, Dhuoda Educare nel Medioevo. Per la formazione di mio figlio, col. “Biblioteca di Cultura Medievale. Di fronte e attraverso”Milano, 1982.

¹¹ M. OTERO, Duoda De maré a fill. Escrits d’una dona del segle IX, La Sal, Barcelona, 1989.

[...] o abade Smaragdo, do mosteiro Saint-Mihiel-s-Meuse, conta para Carlos Magno as virtudes dos reis do Antigo Testamento na sua obra *Via Regia*. Jonas, bispo de Orleans de 818 a 843, dedicou ao rei Pepino da Aquitânia, em 834, o seu *Espelho da Paz*, chamado *De institutione regia*, em que enaltece o sentido cristão da realeza e enumera os direitos e os deveres dos reis. O mesmo autor, na obra *De institutione laicali* ou *Espelho Leigo*, dedica ao conde Matfredo de Orleans, escritos sobre os deveres morais das pessoas casadas, ele ensina aos senhores que não devem ambicionar os bens da Igreja particular localizada nos seus domínios (NUNES, 1979, p. 163).

Para este mesmo autor, o irlandês Sedulius Scottus de Liége dedicou ao rei da Lotaríngia, o *Espelho dos príncipes*, *De rectoribus christianis*, composto entre 855 e 859. Nele, segundo Nunes, Sedúlio esboça as figuras do bom e do mau rei e ensina que o governo de um rei justo se assenta nos oito pilares da verdade, da perseverança, liberalidade, palavra afável, amizade com os bons, diminuição dos impostos, equidade nos juízos entre os ricos e os pobres e o castigo dos maus.

No entanto, apesar dos adjetivos atribuídos por Nunes aos demais espelhos, ele coloca que a obra de Dhuoda não só é um *Espelho de Príncipe*, mas também é o mais perfeito *Manual* dentre os escritos na Idade Média. Para ele,

[...] não resta a menor dúvida, de que o mais perfeito *Espelho* da primeira Idade Média, foi o *Manual* de Dhuoda, e isso demonstra que as mulheres podiam

igualar-se aos homens e aos clérigos mais instruídos e, por vezes, até mesmo superá-los (NUNES, 1979, p.164).

A originalidade do *Manual* de Dhuoda se encontra no fato de que seu destinatário é o próprio filho, no que se distingue dos demais Espelhos escritos na mesma época. Não se trata de um Manual escrito por clérigos aos governantes. Desta forma, podemos inferir que os eclesiásticos formavam os governantes segundo uma moral definida pela religião cristã, e conseqüentemente toda a sociedade era atingida, pois esses valores eram propostos aos homens tanto pelos padres da Igreja como também pelos governantes.

A nosso ver, essas obras configuram um excelente “*espelho*” no qual os governantes atuais poderiam mirar-se e instruir-se com muito proveito para o desempenho das suas tarefas a favor do “bem comum”¹².

Retomando Nunes com relação ao conteúdo do Manual, este faz uma interessante análise, concluindo que o mesmo é

[...] um livro de educação que uma zelosa e erudita mãe escreve para o filho, e nesse gênero é uma obra literária única, que Dhuoda redigiu como o seu testamento espiritual, sobre possuir caráter autobiográfico que os outros espelhos não apresentam, assim como a importância histórica, já que foi composto entre a morte de Luís, o Piedoso, em 840, e a partilha de Verdún, em 843 (NUNES, 1979, P. 140)

¹² Devemos atentar para o fato de que bem comum na Idade Média, não tem o mesmo sentido atual.

Podemos inferir que o fato de Dhuoda ter se destacado por meio de sua obra deve-se, muito provavelmente, ao cunho pedagógico, moral e cristão de suas recomendações, ou seja, seus conselhos continham ensinamentos tanto de caráter religioso como normas básicas de educação, de comportamento e convivência entre os homens de qualquer classe social.

Encontramos em Hadot afirmações de que obras imbuídas de regras de comportamento já existiam desde o início da Idade Média. De acordo com esse autor, Santo Agostinho, em tempos de guerra, violências e invasões, escreve por meio do estilo dos *Espelhos*, objetivando formar uma cultura religiosa que dirigisse o comportamento dos clérigos, leigos e príncipes cristãos. Para Hadot,

[...] Santo Agostinho no século IV, ao escrever um de seus escritos bíblicos, destinados tanto a clérigos como para laicos, e outro escrito aos príncipes cristãos, deu o nome à sua obra de *speculum*, ou seja, *espelho*, pois sua intenção era formar uma cultura religiosa entre os homens príncipes cristãos, deu o nome à sua obra de *speculum*, ou seja, *espelho*, pois sua intenção era formar uma cultura religiosa entre os homens fornecendo aos mesmos algumas normas a serem seguidas (HADOT, 1972, p.618).

No entanto, como já mencionamos, a diferença entre esses autores e Dhuoda está no destinatário do *Manual*: ela não escreve para clérigos nem para laicos, mas,

sim, para seu próprio filho. Neste sentido, não se trata de um autor eclesiástico, como era costume naquela época, mas de uma mulher secular, uma mãe de família.

Esses “*Espelhos*” tinham um grande significado para os homens daquele período. Podemos perceber a importância da prática desses ensinamentos por meio de uma passagem do apóstolo Santiago, [...] se alguém se contenta em ouvir a palavra sem colocá-la em prática, se parece ao que contempla sua imagem em um espelho: contempla-se, porém, se esquece de como é (SANTIAGO, 1,23-24, Apud: Dhuoda, 1995, p.19).

A leitura que Dhuoda faz do apóstolo é a de que este quer nos mostrar que não adianta ouvir belas palavras, conselhos e exortações se não se transpõe esta teoria em prática por meio de atitudes. Ela entende que, através dessas palavras, Santiago quer elaborar uma analogia entre “conhecer a palavra” e não colocá-la em prática com o fato de “se olhar no espelho” e se esquecer do seu semblante. Na verdade, para este autor, o valor está no interior de cada pessoa e não no exterior, neste sentido, a importância das palavras está em seu significado e não na forma que são escritas ou faladas.

As *Colaciones* de Juan Casiano constituem um exemplo dessa tentativa de se aliar os conselhos recebidos com a prática. Segundo Áries (1992), essas obras que professavam o reino de Deus eram lidas todas as noites nos mosteiros, para que os monges praticassem os ensinamentos ali professados no seu dia a dia. A intenção de obras estilo *Manual*, sob nosso ponto de vista, é fazer com que o

indivíduo se aproprie dos seus conteúdos e coloque em prática seus ensinamentos, pois de nada adianta conhecê-los e não praticá-los.

Ainda com relação às obras estilo Espelho de Príncipe, Lauand nos informa que, na época carolíngia, *Manual* era sinônimo de *Espelho* no sentido que lhe dá a própria Dhuoda no prefácio de sua obra: [...] encontrarás em todo o *Manual* tudo que desejas aprender, também terás um espelho em que poderás contemplar sem dúvida a saúde de tua alma (LAUAND, 1986, p. 122).

Para esse autor,

[...] o Espelho é um gênero literário que traça o retrato de um ideal, especialmente o ideal moral. Na Gália Franca, os espelhos eram, sobretudo, obras de espiritualidade escritas por clérigos para leigos. Daí a extrema originalidade de Dhuoda, uma mulher leiga, e mais, uma mãe escrevendo para seu filho. Original também é o caráter pessoal e autobiográfico que Dhuoda imprime ao livro, que não se reduz a um tratado de moral ou espiritualidade, mas visa à formação geral do perfeito nobre (LAUAND, 1986, p.122).

Por meio de escritos, percebemos que os autores medievais têm, com relação à linguagem, uma atitude bastante diferente da que geralmente temos hoje. Lauand nos esclarece que,

[...] se para nós a linguagem costuma ser considerada como mera convenção; na idade média, pelo contrário, anseia-se por saborear a transparência de cada palavra. Daí a extrema

importância que os autores medievais dão às etimologias (LAUAND, 1986, p. 123).

Segundo ele, encontramos este tipo de linguagem logo no início da obra, onde Dhuoda explica o significado de *Manual* por meio de uma extensa discussão etimológica da palavra. O autor relata que, para Dhuoda, *Manus*, pode significar mão e, por extensão, poder, o poder de Deus, ou do filho de Deus, ou ainda o próprio Filho de Deus. *Alis*, por sua vez, pode significar fim, ou a ave cujo canto anuncia o fim da noite e o começo de um novo dia, a luz. Assim, *Manualis* é o fim da ignorância e o raiar da luz de Cristo.

Se, para nós, a linguagem costuma ser considerada como mera convenção, na Idade Média ocorria o contrário. Daí a extrema importância que os autores medievais dão às etimologias. Encontramos nas Etimologias de Santo Isidoro de Sevilha, os seguintes exemplos: *surdus* (surdo)- provém de *sordibus* (sujeiras, que impedem a audição); *enorme* – fora do normal, que excede a norma; *ventus* (vento) – vem de *violentus* (violento); *nobilis* (nobre) – *non vilis* (não vulgar). Enfim, de acordo com Lauand, temos que reconhecer que a atitude medieval em relação à linguagem é mais rica que a nossa.

Para os contemporâneos, a palavra *Manual* significa algo feito à mão, que depende do exercício da mão, podendo significar também pequeno livro, cujo formato permite fácil manuseio a quem o consulta, contendo noções essenciais de uma determinada técnica, arte ou ciência.

De acordo com La Rosa, o Manual de Dhuoda contém regras básicas para formação de um aristocrata e ensina que, por meio da prática das virtudes aqui na terra, pode-se alcançar a salvação eterna.

[...] o Manual de Dhuoda apresenta um ideal de vida cristã para os laicos, ela ensina seu filho a imagem do perfeito gentil homem cristão, pelas suas virtudes e atraente pelo seu estado aristocrático, que busca a salvação eterna permanecendo neste mundo, adornado pelas quatro virtudes cardiais e sustentado pelas virtudes instrumentais em direção da alegria e da generosidade (LA ROSA, 1991, p. 107)

Na verdade, em uma época como o século IX, marcada por tantos conflitos e tão necessitada de luzes, este ideal de vida proposto por Dhuoda traz em seu bojo a fé e a esperança em melhores tempos.

Para Wemple, na Alta Idade Média, ao lado dos clérigos e dos monges, existiam certas mulheres com um conhecimento profundo. Eram todas nobres ou religiosas. Wemple cita Amalásunta, filha de Teodorico, o Grande, rei ostrogodo da Itália. Como seu pai, Amalásunta tinha um profundo respeito pela cultura, pela literatura e pelo direito dos romanos. Outra mulher secular lembrada por Wemple é Euquéria, casada com o governador de Marselha e cujo epigrama foi conservado por Fortunato. Enfim, cita Dhuoda como mulher que instruiu o filho mais velho nos deveres espirituais, morais e feudais do seu tempo (WEMPLE, 1990, p. 261).

Podemos inferir, a partir do pensamento de Wemple, que algumas mulheres acompanharam o movimento social de seu tempo ou, se assim podemos dizer, o

processo civilizatório de uma sociedade e, cada uma dentro de suas possibilidades e condições, pôde contribuir de alguma forma para a construção da educação.

Outro autor que compara o *Manual* de Dhuoda com os demais manuais escritos por eclesiásticos na Alta Idade Média é Riché. Para ele, [...] o *Manual* de Dhuoda foi o primeiro tratado de educação escrito por uma mãe, uma mulher secular e não um personagem eclesiástico, como era de costume no período carolíngio (RICHE, 1953, p.216).

De acordo com Riché, outros nomes destacam-se na Alta Idade Média por escreverem sob a perspectiva educativa dos espelhos. Entre outros, figuram nomes como Alcuíno, com seu *Líber de virtutibus et vitiis*, dedicado ao conde Bretagno Wido; Jonas de Orleans que dedica o de *Institutione laicali*, dedicado ao conde Matfredo e o *De Institutione Régia* para o rei Pepino; Paulino de Aquileya com seu livro de exortações, *Via regia*, dirigido ao abade Smaragdo, e Juan Duns Scoto, com seu líber de *Rectoribus christianis*. Estes são os primeiros a comporem obras do estilo Manual na Alta Idade Média. No entanto, para Riché, o *Manual* de Dhuoda é o mais perfeito no que tange ao conteúdo pedagógico, pois Dhuoda faz uma relação da religião com a cultura ou costumes daquele período.

Faremos uma referência ao Espelho de Príncipe de Jonas de Orleans, pois tanto este bispo como Dhuoda presenciaram os conflitos fratricidas entre os filhos de Luís, o Piedoso, no momento da divisão do Império. Jonas de Orleans destinou um tratado, *De Constitutione Régia*, ao rei Pepino, tentando interferir nos graves acontecimentos de infidelidade praticados entre os filhos do imperador e

alguns de seus vassallos. Sua intenção era sedimentar a reconciliação entre pai e filho e evitar um novo conflito entre os membros da família imperial que geraria inúmeros prejuízos à população do Império e à Igreja.

Para abordar, em linhas gerais, algumas semelhanças entre os escritos de Dhuoda e de Jonas e fornecer informações sobre a estrutura do Espelho de Príncipe deste bispo, vamos nos fundamentar no pensamento de Souza (1995), para quem

[...] o bispo aurelianense, muito mais do que um filósofo político no sentido estrito da palavra, foi um pastor dedicado não apenas às questões relevantes da época em que viveu, como também extremamente zeloso e preocupado com a salvação eterna do rebanho que lhe havia sido confiado por Deus (SOUZA, 1995, p. 151).

Explicando o perfil de Jonas que Souza descreveu, Marcel Prelot (1973), nos lembra de que, naquele período, determinados homens consagrados a Deus pelo sacramento da Ordem exerciam sobre outros homens, por instituição divina, um poder dos mais iminentes que pudesse existir.

Podemos inferir, neste sentido, que a religião cristã sempre esteve presente, influenciando de forma direta ou indireta a educação dos homens. Pode-se dizer que o recurso à Sagrada Escritura forma a estrutura de tudo o que foi dito, escrito, pensado, durante os séculos feudais e medievais.

O tratado de Jonas é precedido por uma epístola ao rei Pepino da Aquitânia, com ensinamentos filosófico-morais e religiosos, onde se constata que a Bíblia é a fonte de onde ele hauriu seus conhecimentos e inspiração. Jonas cita o Antigo Testamento, o Novo Testamento, Isidoro de Sevilha, Santo Agostinho e São Gelásio. Assim como Jonas inicia sua obra com uma epístola dedicada ao seu destinatário, também Dhuoda inicia seu Manual com um acróstico, usando a seguinte frase: Dhuoda saluda al querido hijo Guillermo. No decorrer de todo Manual de Dhuoda encontramos também muitas citações bíblicas e referências a outros autores do período. Ele contém, por exemplo, uma passagem da *História de la Natureza*, de Plínio, lugares da obra de Prudencio e citações do gramático Donato. Como podemos perceber, esta estratégia usada por Dhuoda ao escrever seu Manual não é especificidade sua. Pernoud (1980) recorda-nos que até o fim do período medieval este estilo é utilizado nos sermões, nas conversações, em toda produção literária em verso ou prosa e até nas farsas (peças de teatro) e trovas, numa semelhante freqüência de referências ao Novo e ao Velho Testamento.

Outra característica semelhante entre Dhuoda e Jonas é a preocupação com que ambos construíram seu Manual. Observa-se que tanto um como outro tiveram o cuidado de organizá-lo agrupando conteúdos semelhantes.

Segundo Souza, a primeira parte da obra de Jonas compreende oito capítulos, cujo conteúdo reveste-se de uma característica filosófico-moral. Neles o autor discorre, entre outros assuntos, sobre a sociedade cristã, como ela está organizada e dirigida, quais pessoas desempenham a função ou encargo social mais relevante, o que significa o ministério da realeza, qual deve ser a conduta de um rei

cristão, quais são suas principais obrigações, quais são as conseqüências de um bom ou mau governo para o soberano e para os seus súditos, qual a origem do poder secular e, enfim, como os súditos têm de se comportar em relação ao rei.

Pode-se, assim, observar uma semelhança entre as intenções de Jonas e as de Dhuoda, no sentido de que também ela descreveu a seu filho Guilherme o cenário tumultuado daquela sociedade, o papel a ser desempenhado pelos homens e as conseqüências da infidelidade nas relações.

Jonas aborda, na segunda parte de sua obra, aspectos de caráter religioso e moral, falando da prática da caridade, da obediência às leis divinas, considerando-as inclusive como o melhor caminho para solucionar os problemas e conflitos cotidianos e meramente seculares, da oração comunitária na Igreja, do respeito que se deve ter para com Deus, especialmente em sua casa. Enfim, ele apresenta o modelo perfeito de um soberano cristão que efetivamente pode se considerar feliz. Para ele, ser um rei feliz é ser cristão, ser batizado, e, como tal, estar sob a responsabilidade espiritual dos bispos, tendo a obrigação de ouvir e executar seus conselhos, à semelhança dos demais fiéis.

Para o homem medieval, seus objetivos essenciais eram alcançar a paz neste mundo e a vida eterna. Na concepção de Souza, os prelados, detentores do poder das chaves (“O que ligardes sobre a terra será ligado nos céus (...)” (Mt. XVIII,18) e pregadores da Boa Nova (“Ide, pois, e ensinai a todos os povos batizando-os (...)” (MT. XXVIII,28), ocupam o lugar mais importante em relação aos reis porque no dia do julgamento, na condição de pastores de todos os fiéis que fizeram parte do

rebanho que lhes foi confiado por Deus, hão de prestar contas a Deus também pelos monarcas que estiveram sob seus cuidados.

Podemos inferir que os conselhos de Dhuoda ao filho estavam imbuídos do pensamento de Mateus, quando este diz “o que ligardes na terra, será ligado nos céus”. Esta crença justifica as exortações desta mãe sobre a caridade, a humildade, a fidelidade e a devoção às orações. Neste sentido, podemos entender que a real intenção das obras de estilo dos *Manuais* não era outra senão orientar aquela sociedade para trilhar um caminho fundamentado nos ensinamentos bíblicos, para adotar práticas e comportamentos que aqui na terra credenciassem os homens para o merecimento da salvação eterna.

Outro autor que discute o gênero literário, *Espelho de Príncipe*, é Toubert, que nele reconhece as seguintes características:

[...] liberdade na composição da obra, limitando-se somente em sua organização pela comparação obrigatória entre as virtudes e os vícios; na mesma obra se preconiza um ideal social baseado em uma combinação da moral cristã e da moral estabelecida pelos homens da época; as argumentações são imbuídas do pensamento agostiniano e finalmente, com relação ao conteúdo, a obra depende totalmente do público a que se destina (TOURBET, 1977, p. 234).

Tendo em vista as peculiaridades que ele aponta nos espelhos do século IX, podemos considerar que o *Manual* de Dhuoda apresenta aspectos que o assemelham a este gênero literário. Suas exortações são escritas numa linguagem própria, livre, parecendo sair do mais íntimo de seus sentimentos. Citaremos algumas dessas expressões,

[...] “los versos que hay arriba, em médio y bajo, yo misma los he dictado para provecho de tu alma y cuerpo”(X,1,8), p. 71; “estas palabras que te dirijo, léelas, compréndelas, ponlas en obra... y este pequeño volumen, este Manual, elaborado por mí y escrito en tu nombre”(DHUODA, 1995, p. 169).

Dhuoda dedica um capítulo inteiro para falar sobre as virtudes e os vícios, relacionando seus ensinamentos sobre a moral cristã com a formação aristocrática do seu filho.

Na verdade, o nível de erudição de Dhuoda, uma mãe de família que vive em uma cidade de província, não podia rivalizar com os profissionais da educação que viviam na corte do imperador. No entanto, as citações de clássicos da antigüidade, como Donato, Isidoro de Sevilha e da Regra pastoral de Gregório Magno, entre outros, revelam que ela possuía uma ampla cultura. Segundo Brunholzl (1991), trata-se de uma mãe que dedica um livro para a educação de seu filho e isso constitui um caso único na literatura desse gênero na alta Idade Média.

Essa singularidade do Manual de Dhuoda é mencionada por vários autores. Além disso, na literatura por nós consultada, encontramos somente exemplos de eclesiásticos que escreveram espelhos, nunca uma mulher, mãe ou nobre daquele período.

Cardini (1995) é um dos grandes autores que atribui essa originalidade do Manual ao fato de ser escrito por uma mulher de classe principesca e, sobretudo, por ter sido dedicado por uma mãe a um filho distante, que lhe foi friamente e brutalmente tirado, ou seja, uma mulher que de esposa tem apenas o nome e a condição jurídica. Assim, Dhuoda exprime talvez não “*no*”, mas “*com*” seu livro, seu amor pelo filho, seu desejo de senti-lo por perto de qualquer modo, seu desespero, sua secreta frustração e quem sabe revolta por tê-lo distante de si.

Se virmos Dhuoda fora de sua época, até somos tentados a julgar os sentimentos dela. Contudo, isso não é possível, posto que não somos juizes do passado. Cada época tem os homens e relações próprias e distintas. Assim, é próprio da época de Dhuoda o afastamento dos filhos, especialmente, os da nobreza.

Nossa opinião encontra respaldo nas palavras de Garretas (1990). Para ele, Dhuoda demonstra uma característica encontrada em todas as mulheres que escreveram durante o mesmo período da história, elas tentam justificar-se pelo trabalho que fazem, pedem perdão por entrar em um campo que não lhes pertence, colocando-se em condições inferiores. Para essa investigadora, faltam dados genealógicos sobre as escritoras femininas para que se possa entender as razões que a levaram a ter esta mentalidade.

Bessmertny (1987), outro estudioso contemporâneo do *Manual* de Dhuoda, conclui suas investigações sobre o Manual com o seguinte pensamento:

[...] na obra de Dhuoda se encontra idéias tradicionais, porém corrigidas e modificadas. Tudo que conhecemos sobre a vida e a opinião desta condessa, nos leva a perceber sua personalidade excepcional, capaz de modificar uma interpretação pela força de sua imaginação. Sua peculiaridade, ao compará-la com outros espelhos do século IX, encontra-se condicionada pela diferença de seu status social. Vivendo e compartilhando com membros da nobreza as mesmas preocupações e esperanças, Dhuoda demonstra uma solidariedade com a aristocracia secular mais íntima que os autores de outros espelhos. Outro elemento que a distingue dos demais autores é uma grande liberdade e respeito a tudo que se referia aos ensinamentos dos clérigos. Sua tragédia familiar, ao estar separada de seu marido e de seus filhos, obriga Dhuoda a perceber todos os problemas da aristocracia secular que lhe eram particularmente próximos. Mesmo assim, reproduz a opinião dessa classe social com uma sinceridade muito particular (BESSMERTNY, 1987, p. 183).

Para este autor, Dhuoda conhecia o modo de viver dos aristocratas e o parentesco entre seu marido e os membros da nobreza favorecia aquele conhecimento tão íntimo dos problemas e anseios vivenciados por aquela classe. Assim, ela consegue interpretar de forma ímpar as preocupações dos nobres e o respeito que eles tinham com relação aos ensinamentos dos padres da Igreja. Na análise deste autor, o convívio de Dhuoda com a nobreza é demonstrado em

algumas passagens do *Manual*, nas quais esta mãe abandona sua modéstia, deixando transparecer sua origem e sua relação com a nobreza.

Na passagem em que Dhuoda se refere à nobreza de seus familiares, explica também a Guilherme o poder supremo de Deus:

[...] pienso em los familiares tuyos y míos, hijo, que yo misma he conocido, y que en este mundo fueron como poderosos, pero ahora no son nada; quizás estén junto a Dios por sus propios méritos, pero ya no viven corporalmente en mundo (Dhuoda,1995, p.69).

Por meio dessas palavras, Dhuoda quer alertar seu filho que o “poder” usado na terra, deve sempre ser usado, segundo os ensinamentos divinos, pois, os méritos que se obtém nesta vida são dons de Deus, e estas virtudes serão consideradas para a salvação eterna. Essa discussão, a nosso ver, explicita mais uma vez o papel que a concepção cristã desempenhava na educação dos homens nesse período.

Outra passagem que nos ajuda a compreender o nobre parentesco de Guilherme situa-se no capítulo em que Dhuoda solicita respeito e fidelidade ao rei Carlos, o Calvo. Ela queria também mostrar ao filho a importância e o respeito que se deve ter para com a linhagem, a família. O fato de ter nascido em uma família elevada, por parte de seu pai e de sua mãe, exigia dele um comportamento digno de um nobre.

Com relação às contribuições para a educação naquele período, Pernoud salienta que: “Durante anos, os jovens franceses aprenderam na escola que o mais antigo tratado de educação se devia a Rabelais¹³ seguido de perto por Montaigne”. Mais adiante, a autora conclui que “Dhuoda somente era lembrada pelos raros especialistas da Alta Idade Média. Hoje, o seu Manual está traduzido e publicado numa edição acessível” (PERNOUD, 1984, p.50).

Segundo essa mesma autora, Dhuoda tinha 40 anos quando escreveu seu Manual. Desta forma, pôde conhecer, na infância, Carlos Magno e assistir à disputa pelo poder entre os herdeiros do Império Carolíngio. Esses fatos favoreceram a elaboração de seus conselhos, quase sempre em consonância com o contexto vivenciado. Citaremos, a seguir, uma passagem do *Manual* em que Dhuoda menciona sua função de mulher protetora dos bens da família:

[...] para defender los intereses de mi señor y maestro Bernardo, y para que la ayuda que yo le presto en la Marcha y en muchos lugares no se deteriore, ni se separe de ti ni de mí, como sucede con algunos, yo me siento llena de obligaciones. Por culpa de multiples necesidades, he recibido frecuentemente, no solo de los cristianos, sino también de los judíos, grandes cantidades de dinero. En cuanto he podido las he devuelto, y en la medida que pueda siempre las restituiré (...), (DHUODA, 1995, p. 174).

¹³ Rabelais escreveu obras sobre como devia ser a verdadeira educação renascentista; seu sentido crítico e seu desejo de mostrar um caminho para a educação influenciou até hoje algumas escolas, pois seu método compreendia uma parte teórica outra prática Em uma de suas obras “La vida inestimable del gran Gargantúa (1534), relata a educação que o personagem Gargantúa recebia, fruto da preocupação de seu pai em formá-lo uma pessoa de bem.

Podemos inferir, após a análise desta passagem, que Dhuoda teve uma participação ativa na administração e na defesa do feudo na ausência do marido. Demonstra, também, que foi uma mãe carinhosa e cuidadosa com sua família. Esta idéia está disseminada em seus conselhos, formulados com uma ternura cheia de respeito e nos quais observamos termos como: *te ruego que entre os parientes los cercanos y los amigos fieles...; ...te exhorto a que tu portes así em todo; que tu mano seja proclive...* (DHUODA, 1995, p. 96-98).

Essas expressões utilizadas são analisadas por Becker (1897) como uma forma entusiasmada de falar, de expandir a alma por parte de uma mãe preocupada em ensinar ao filho questões teológicas e morais. Para este autor, o Manual de Dhuoda é único em sua categoria, pois ela não escreve nenhum método sistemático como os teólogos. Diferentemente disto, o estilo flui de forma solta, constantemente através de declarações de caráter pessoal, permitindo que o Manual possa ser comparado a uma coleção de idéias das obras de diferentes “pais da igreja”.

Assim, a partir desta interpretação de Becker, podemos afirmar que o discurso de Dhuoda está fundamentado em diferentes autores, como já nos referimos anteriormente neste trabalho, no entanto, esta mãe pretende recontá-los e adaptá-los à capacidade de entendimento de um jovem de quinze ou dezesseis anos de idade. Uma passagem que elucida o preceito fundamental que percorre toda a obra é a do rebanho de cervos que atravessa um rio largo.

[...] los ciervos tienen esta frecuente costumbre; cuando tratan de atravesar em grupo los mares o

anchos ríos de águas com remolinos de mar, uno trás outro, apoyan la cabeza y la cornamenta sobre la espalda del anterior para sostener sus cuellos unos a otros, y así, descansando poço a poço, pueden atravesar más fácil y velozmente el rio. Tal es su inteligência y tal es también su discreción que, cuando perciben la fatiga del primero, cambian al primero al último y eligen como primero al más cercano, para que este sostenga o reconforte a los demás. Así, reemplazándose unos a otros, se trasmite por cada uno de ellos el afecto fraterno del amor; siempre se esfuerzan en hacer eso, de manera que la cabeza con la cornamenta se vean y mantengan a flote y no se hundan en los ríos profundos (PLINIO, Apud, Dhuoda, 1995, p. 99).

Essa passagem ilustra muito bem o tom do Manual, cujo conteúdo vem apoiado continuamente em histórias e anedotas significativas. Para Pernoud (1980), esta característica de estilo usada por Dhuoda pertence bem à sua época: é tanto um estilo do espírito como uma pedagogia familiar, não somente no seu tempo, mas também no que a precede e a segue.

Durante o período medieval procurava-se formar os jovens através de raciocínios e deduções, de teorias e análises que se integravam num sistema de pensamento, ainda que, até o fim da época medieval, se preferissem exemplos tirados da vida, da experiência humana e principalmente da Bíblia, pois as orações baseavam-se quase inteiramente nos salmos.

Percebemos que o Manual de Dhuoda possui uma característica peculiar, a de uma relação espiritual entre ela e o filho ausente, talvez na esperança de que ele um dia reine entre os seus na corte carolíngia.

O desejo explícito de seus escritos é que o Manual deveria se tornar num fiel companheiro na carreira de seu filho, ensinando-o de forma concisa sobre seu dever, de forma a agradar não só as pessoas, mas, também, antes de todas as coisas, a Deus. Em nossa concepção, a genialidade de Dhuoda está na sua capacidade de transformar os velhos ensinamentos em algo novo, de forma autônoma, singular, dando a seu filho o brilhantismo característico do seu estilo e da riqueza de um texto escrito pelo coração. Uma característica importante do Manual é que Dhuoda traduz os pensamentos e os dizeres bíblicos com suas próprias palavras e por trás dos respectivos versos usa exemplos de seu cotidiano como prova para o que foi solicitado, exortado ou pedido a seu filho.

Um exemplo a ser destacado dessa característica do Manual pode ser visto pelos conflitos e lutas pelo poder entre os filhos de Luís, o Piedoso. Por intermédio desses fatos, Dhuoda solicita ao filho respeito e obediência ao pai Bernardo, por meio de exemplos bíblicos. Assim, recorre às palavras de Salomão:

[...] Dios há honrado al padre que floreció em su descendência. Y también: el que honra a su padre será alegrado en los hijos y como el que atesora es quien honra a su padre. Quien teme a Dios honra a sus padres. Tú, hijo, honra a tú padre, y reza continuamente po él, para que seas anciano sobre la tierra y puedas vivir mucho tiempo (DHUODA,1995, p. 81).

Segundo Dhuoda, Guilherme deve obedecer a seu pai em qualquer circunstância. Para ela, a obediência e a fidelidade que Guilherme deve ter com relação ao pai deve ocorrer estando este, presente ou ausente.

O próximo capítulo será dedicado à forma como Dhuoda escreve os conselhos para seu filho, aos conteúdos que aborda e à sua preocupação com a virtude da fidelidade, externada por meio de suas regras, com o objetivo de compreender a influência exercida por ela na formação cristã e aristocrática de Guilherme.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO MANUAL – LA EDUCACION CRISTIANA DE MI HIJO

No capítulo anterior discutimos a visão de alguns autores sobre a obra de Dhuoda. Neste pretendemos apresentar a obra propriamente dita, os conselhos e as regras presentes em cada exortação de Dhuoda a favor da formação aristocrática e cristã de seu filho.

Nosso maior intento, porém, é salientar, na educação de um nobre, o papel que Dhuoda atribui ao senso do dever de fidelidade para com o Senhor e como ela concebe a própria noção de vassalagem, que, nessa época, começa a possuir conotação profundamente religiosa e não apenas política e social.

Dhuoda, uma senhora alemã, nascida em 810, filha de Sancho I Lopes, duque de Gasconha (775-816) e de Aznárez de Aragon (?), escreve seu Manual com a intenção de instruir seu filho sobre as verdades religiosas e de lhe inculcar o dever de fidelidade para com o rei e senhor. Ao mesmo tempo, descreve vários aspectos da crença e da vida conturbada no final do reinado de Luís, o Piedoso, quando coincidiam a revolta dos aristocratas carolíngios contra o Imperador e o início da desagregação do império formado por Carlos Magno.

No Manual, Dhuoda expõe o duplo sistema de valores com que desejava presentear o filho: o serviço a Deus e, por conseguinte, a adequada defesa do ideal de uma existência nobre nesta vida. São insistentes os conselhos de Dhuoda para

favorecer a educação nobre do filho e para convencê-lo a respeitar e a ser cortês com todos e não somente com as pessoas da corte. Para esta autora, esta conduta, juntamente com a devoção cristã, trará a Guilherme tanto a felicidade terrena quanto a salvação eterna. Sua obra é o retrato dela própria, externa seu desejo de ter uma vida junto a seus filhos, porém demonstra aceitar viver longe dos filhos e do marido por meio de uma autêntica dignidade e devoção religiosa.

Dhuoda inicia seus escritos expondo claramente seus objetivos:

[...] desde el comienzo de este pequeño libro hasta el final tanto en la forma como en el fondo, en el ritmo y en la articulación de los temas y del fluir de los pasajes, todo, en todo y por todo, ha sido enteramente escrito para la salvación de tu alma y de tu cuerpo (DHUODA, 1995, p. 49).

Em seguida, faz uma longa introdução, a qual compreende também uma composição poética, um prólogo e um prefácio. Nela deparamos com uma linda composição poética, uma invocação da Trindade do céu, que Dhuoda como educadora implora para seu filho para protegê-lo. Compõe-se de um verso de tipo acróstico, cujo sentido é explicado por Dhuoda da seguinte forma:

[...] lector, si deseas conocer la fórmula ou o sentido dos versos, observa las iniciales puestas a estos versos. Enseguida, por ellas, podrás entender lo que he escrito. Comienza a leer por la letra D hasta que todo termine en la M (DHUODA, 1995, p. 51).

O acróstico expressa a frase: *Dhuoda saúda seu querido filho Guilherme*. Nele Dhuoda destaca as quatro virtudes a serem praticadas pelo filho: prudência, justiça, fortaleza e temperança¹⁴. Para Lauand (1986), os acrósticos e enigmas com letras nos poemas eram freqüentes no período medieval. Ele oferece como um exemplo deles o poema *Ave verum corpus natum*, o qual considera como uma das mais célebres poesias medievais. Além da suave melodia gregoriana tradicional, esse poema recebeu composições de Mozart, Schubert, Gounod e de outros, que em seus versos se inspiraram.

A importância dos acrósticos é mencionada também por Pernoud. Segundo ela, eles foram muito usados durante o período clássico, quando se procurava ensinar através de raciocínios e deduções¹⁵, de teorias e análises que se integram num sistema de pensamento. Ainda que até ao fim da época medieval, se preferiram exemplos tirados da vida, da experiência humana e principalmente da bíblia.

Os ensinamentos de Dhuoda estão organizados em onze capítulos, divididos, por sua vez, em vários subtemas, conforme o conteúdo. Pode-se dividir o Manual, de acordo com o conteúdo proposto, em três grandes partes: uma primeira, que expressa as relações do cristão com Deus; a segunda se refere às relações com o próximo e, por último, a terceira mostra o caminho da perfeição pessoal, mediante a perfeita ordenação dos dias. Desta forma, Dhuoda apresenta em primeiro lugar o mistério de Deus Uno e Trino, no qual é necessário crer; em segundo as virtudes

¹⁴ Podemos constatar a influência do pensamento platônico na Idade Média, posto que essas quatro virtudes são colocadas na República de Platão no Livro V.

¹⁵ Um clássico exemplo deste estilo no medievo pode ser encontrado em: Mestre e aluno no século VIII: O Diálogo entre Pepino e Alcuíno. In: Educação, Teatro e matemática medievais. LAUAND, Jean. 1986, p. 79.

que se deve por em prática, sobretudo a fidelidade; finalmente, como o filho deve rezar.

Em nosso entendimento, a importância desta obra não se restringe ao seu aspecto literário ou pedagógico; ela contém detalhes históricos de uma época rica, na qual, segundo La Rosa (1991), o ideal cristão predominante era a fuga do mundo. Assim, Dhuoda apresenta o ideal de um perfeito homem cristão, rico pelas virtudes e costumes aristocráticos, que busca a salvação eterna permanecendo no mundo, rodeado pelas quatro virtudes cardeais e sustentado pelas virtudes instrumentais da discrição, da alegria e da generosidade.

Dhuoda inicia o Manual tecendo algumas considerações sobre Deus e a prática da moral cristã. Pede a Guilherme que busque humildemente estar sempre unido a Deus, pois este conhece os méritos de cada um e retribui concedendo seu reino. Dhuoda recorre a passagens bíblicas, como a procura de Deus por Moisés e as palavras de Paulo, para ilustrar o mistério de Deus. Ao recorrer a passagens bíblicas, Dhuoda quer explicar ao filho que é impossível ver o rosto de Deus, pois nem mesmo Moisés, considerado especial para Deus, viu sua face. No entanto, ela afirma que podemos senti-lo por meio de seu espírito, citando um pensamento de força especial:

[...] tu y yo, hijo, debemos buscar a Dios... Además también yo, aunque indigna y frágil como una sobra, le busco en la medida que puedo, y pido sin cesar su ayuda en cuanto sé y entiendo. Yo le necesito para todo. A veces puede ocurrir que como una pequeña perrilla inoportuna, que se encuentra bajo la mesa de su señor entre los otros cachorrillos, tenga yo la posibilidad

de coger y comer las migajas que caem (DHUODA, 1995, p. 65).

Segundo Merino (1995), nesta citação de Dhuoda reverbera uma reminiscência evangélica que uma mãe de família cristã aplica a si mesma, ou seja, na condição de pessoa humilde, Dhuoda, demonstra, diante da grandeza de Deus, se contentar com a forma em que vive, privada do marido e dos filhos, porém, mesmo assim, sente que Deus a protege.

Dhuoda explica a sublimidade divina mediante a palavra Deus, ou seja, a letra D, que, entre os gregos¹⁶, para este mesmo autor, equivale ao número quatro. A palavra Deus para Dhuoda contém um grande mistério. Para ela cada letra possui um significado. Com relação a estes números, Dhuoda explica a representação de cada um deles. Ao cinco ela relaciona os sentidos do corpo: tato, olfato, paladar, visão e audição; ao quatro, os quatro elementos que mantêm a temperatura do corpo: o calor, o frio, o seco e o úmido; os quatro evangelhos: Mateus, Marcos, Lucas e João; as quatro partes do mundo: norte, sul, leste e oeste e às quatro virtudes: justiça, fortaleza, prudência e temperança; ao três, Dhuoda interpreta a mais alta expressão como a do Pai, Filho e Espírito Santo e os três dons: o pensamento limpo, a palavra santa e a ação perfeita; o número dois se refere às formas de vida ativa e contemplativa, também se refere à capacidade de entender e a orar; enfim, o número um, para esta mãe, o qual precede os demais, se refere àquele que é chamado de Deus. Esta forma comparativa entre os elementos da natureza e os números pode ser observada durante toda a Idade Média, pois sempre houve um retorno aos pré-socráticos (PRÉ-SOCRÁTICOS,1972), bem como, aos demais filósofos da Antigüidade.

¹⁶ A maneira de contar os números entre os gregos é bem diferente da forma que nós usamos. A esse respeito é válida a leitura de MARROU, *Historia de la educación em la Antigüidade*, Buenos Aires, 1965, p. 190.

Essa influência do pensamento antigo sempre está presente no Manual, pois está também na essência do cristianismo. Desse modo, a educação de Guilherme é o amálgama pagão e cristão que caracteriza o “filosofar medieval”. Assim, a intenção de Dhuoda não é outra senão auxiliar ou contribuir para que o filho tenha uma formação cristã, manifestando a importância do mistério da Santíssima Trindade. Dhuoda não era uma eclesiástica, no entanto, como mãe cristã, alerta o filho para os perigos que possam ocorrer em sua vida, como, por exemplo, o perigo do adocionismo¹⁷ teológico que dominava certos ambientes daquele período.

Dhuoda mostra o caminho da perfeição pessoal mediante a perfeita ordenação dos dias, salientando, também, os deveres de seu filho para com o pai e seus superiores. O ideal de homem naquele período era ser cavaleiro, fiel ao rei e grande guerreiro. Desta forma, Dhuoda chama a atenção do filho para a importância da perfeição pessoal, obedecendo a Deus, ao rei e ao seu pai. Segundo Cardini (1989), a ênfase que Dhuoda dá à perfeição exprime uma verdadeira e particular “religião pela paternidade”, ou seja, que vai de Deus, Pai celeste, ao pai terreno e ao pai no âmbito da instituição e dos deveres políticos que é o senhor. Para este mesmo autor, junto à religião da paternidade, emerge uma ética da fidelidade. É esta fidelidade que Dhuoda aconselha o filho a praticar com Deus, com o pai e com o senhor.

¹⁷ O adocionismo é uma doutrina segundo a qual afirmava que Jesus Cristo não era o filho de Deus e sim, adotado por ele, não tendo portanto, a mesma natureza eterna, seria um homem comum que, no decorrer de sua vida, havia merecido por seu comportamento moral ser adotado por Deus como seu filho. A esse respeito são válidas as seguintes leituras: E. AMANN, *L'adoptionisme espagnol du VII e siècle*, em *Revue des Sciences Religieuses*, 16 (1936) 281-317; A. LATREILLE – E DE LAURUELLE A. R. Palanque, *Historie du catholicisme em France, dès origines à la chrétienté medievale*, Paris, 1963 e RIVERA RECIO, J. F. *El adopcionismo em España*, (s. VIII), Toledo, 1980.

A fidelidade ao pai era uma virtude que traria felicidade ao filho e lhe proporcionaria a benção de Deus; do contrário, ele seria castigado. Para ela, a fidelidade ao pai o favoreceria nas relações entre os homens, proporcionaria uma vida longa e próspera e o formaria como um verdadeiro nobre. Este era o objetivo central de Dhuoda na educação do filho.

Para esta mulher, ser fiel é ser sábio e inteligente. Segundo ela, a espera do momento e da temperatura adequada do ouro permitiria uma maior luminosidade; o mesmo se poderia afirmar com relação às palavras do homem sensato: o homem deve esperar o momento certo usando palavras certas para poder ser respeitado.

[...] La palabra del hombre sensato es más resplandeciente que la nieve, más dulce que la miel, y más pura que el oro y la plata. Porque? Porque como dice la Escritura, de la boca del sabio fluye la miel. La gracia es más preciosa que el oro y la plata, y también la palabra de un grande, porque sus labios destilan un panal de miel, y sus palabras son honestas, controladas y sopesadas por la prueba del fuego (DHUODA, 1995, p, 89).

No entanto, foi justamente a infidelidade que levou seu esposo e o filho à morte precoce. Bernardo, seu esposo, foi condenado à morte por traição a Carlos, o Calvo. Após esta desgraça, Guilherme uniu-se aos rebeldes aquitanos, os quais, por fidelidade à memória de Pepino, não aceitaram a idéia de que o filho de Judith fosse seu legítimo senhor. Por este comportamento, Guilherme foi capturado e enviado de volta ao suplício quatro anos depois, com vinte e dois anos.

A partir desses fatos, podemos entender melhor o significado da fidelidade para os homens na época em que Dhuoda viveu. Esta mãe presenciara lutas fratricidas, mortes e disputas pelo poder e tinha consciência das conseqüências da infidelidade. Desta forma, sua preocupação com a vida terrena de seu filho aumentava mais ainda. A fidelidade que Dhuoda enfatiza a Guilherme no decorrer de seu Manual, foi herdada, segundo Nunes (1995), da cultura bárbara.

Para esse mesmo autor, Carlos Magno, em uma de suas Capitulares, instituiu a forma de juramento de fidelidade, que ligava individualmente à pessoa do imperador todos os habitantes masculinos do Império, desde os doze anos. Diz o texto:

[...] prometo, a partir deste dia, ser fiel ao senhor Carlos, imperador muito piedoso, filho do rei Pepino e da rainha Berta, sinceramente, sem mentira nem más intenções, e pela honra do seu reino, como o dever impõe que um homem seja a seu rei e amo; que Deus e os santos cujas relíquias aqui estão me protejam, porque, em todos os dias da minha vida, com toda a minha vontade e toda a inteligência que deus me der, nisso o empregarei e a isso me consagrarei (SOUZA, 1995, p. 136).

Segundo Halphen, um compromisso deste tipo, numa sociedade impregnada de espírito religioso, era considerado indissolúvel; infringi-lo significava perjurar,

[...] perder o direito a recorrer a partir de então, ao juramento para se justificar contra as acusações, ver-se desqualificado como testemunha perante os tribunais; era o mesmo que se expor à amputação da mão direita, cúmplice do juramento falso; era colocar-se na categoria dos infiéis, fora da lei, cujos bens e vida não tinham proteção; e, o que é mais grave, era a certeza da condenação eterna (HALPHEN, 1971, p.151).

No entanto, apesar do juramento de fidelidade ter sido institucionalizado por Carlos Magno, parece não ter sido usado pelos seus netos, pois, como dissemos anteriormente, estes se desentenderam após a morte do pai por conta da divisão das terras do Império. Dhuoda presenciou estes fatos e esse pode ter sido o motivo de tanta preocupação com a fidelidade do filho em relação ao rei e aos senhores. Por meio de seu Manual educativo, ela tentava impedir que fato semelhante ocorresse com seu filho. Além disso, em função da formação cristã de Dhuoda ela considerava o rei como um instrumento do Senhor na terra; neste sentido, ser fiel ao rei era ser fiel a Deus. Segundo Andrade Filho,

[...] o rei tornava-se um instrumento da vontade divina e o reino era uma consequência do favor celestial. Integrados pelo juramento da fidelidade, o rei e o reino entram para o campo da sacralidade. O rompimento daquilo que fora jurado por parte do segundo para com o primeiro implicava crime de infidelidade, não apenas para com a pessoa do rei, mas para com o próprio Deus (ANDRADE FILHO, 2002, p. 91).

Considerando o pensamento de Andrade Filho é preciso salientar que a infidelidade é algo que transpõe o mundo dos homens na Idade Média, na medida em que também Deus participa do processo.

Outro autor que nos esclarece sobre a forma como a fidelidade era vista na sociedade medieval é Souza. Segundo ele,

[...] o compromisso de fidelidade é dirigido ao poder real e não à pessoa do rei. O compromisso não é em relação a uma pessoa, mas em relação à instituição, e por isso mesmo a traição é condenada como um ato em favor de alguém, isto é, de um indivíduo, que no caso é interpretado como um ser egoísta que não visa ao bem coletivo ou à ordem social (SOUZA, 1995, p.191).

É justamente a ordem social citada por Souza que está em jogo. É preciso defendê-la, pois ela legitimou-se pela vontade divina: Deus confiou aos reis a gestão de seu reino, sem que eles se impusessem pela força ou por qualificação honorífica em relação aos outros homens. Assim, obedecer ao rei justo e piedoso é obedecer a Deus e aceitar uma ordem estabelecida pela divindade.

Na época, a bíblia era a única fonte de vida moral, um modelo a ser seguido e que influenciava diretamente o comportamento e a forma de viver dos homens. Distinguir Igreja e Estado, como hoje, seria um grande erro de interpretação. Como observa Dawson,

[...] na Idade Média, a realidade social última não era o reino nacional, mas a unidade comum do povo cristão, do qual o mesmo estado não era mais que o órgão temporal, e o rei, o guardião e defensor nomeado pela divindade (DAWSON, 1956, p. 138).

Neste sentido, o rei tinha a primazia do poder e do prestígio, mas os domínios senhoriais usufruíam grande autonomia local. Assim sendo, o máximo suserano temporal devia se equilibrar entre a sociedade universal da Igreja e o poder dos aristocratas que lhe juravam fidelidade por livre escolha e em troca de favores e benefícios.

O laço jurídico do relacionamento de subordinação de um homem livre a um senhor estabelecia-se nos séculos VIII e IX por meio de dois atos: a recomendação e o juramento de fidelidade. No primeiro, quem se recomendava a ser um futuro vassalo, colocava as mãos juntas entre as mãos da pessoa a quem se submetia, em troca de favores, segundo as fórmulas: recomendar-se em vassalagem pelas mãos, recomendar-se nas mãos de um tal. Como observa Ganshof (1968), estes procedimentos nos mostram que as mãos do futuro senhor tinham igualmente um papel a desempenhar no ritual do ato. O duplo gesto das mãos compunha o ato da recomendação quer de um homem pobre e humilde, quer de um rico e guerreiro, ao senhor, um rei ou um nobre.

Na segunda metade do século VIII e no IX, acrescentou-se à recomendação um novo ato do juramento: apelava-se para Deus e se tocava numa *res sacra*, relíquia ou evangeliário. O juramento de fidelidade, explica Ganshof (1968), deve ter-

se juntado à recomendação, o mais tardar, em 757, quando o duque da Baviera, Tassilo III, entrou na vassalagem do rei Pepino III. A partir da época carolíngia, em virtude do caráter religioso do ato, passou a existir uma mística da vassalagem, ou seja, uma vida interior forjando em inúmeros vassalagos a dedicação absoluta pelo seu senhor, razão de ser essencial da instituição.

Em troca do serviço previsto no contrato de recomendação, como o fornecimento de soldados, de armas ou ajuda financeira, e do juramento de fidelidade que implicava ser leal e não mentiroso, o vassalago recebia, como usufrutuário, um benefício que podia ser um domínio, terras, palácios ou dignidades que representavam cargos lucrativos. E era, principalmente, pelo desejo de enriquecer e de obter mais benefícios, nota Ganshof (1968), que certos vassalagos abandonavam ou traíam o seu senhor.

No momento em que começa a tratar o tema da fidelidade, Dhuoda solicita primeiramente ao filho o respeito durante toda a vida ao seu pai.

[...] Em cuanto soy capaz, no me arrepiento de insinuarle como debes temer, amar y ser fiel em todo a tu señor y progenitor Bernardo, este presente o ausente. No obstante, tienes un doctor y un autor sapientíssimo, es decir Salomón, que com ardor te exhorta, hijo mio, com estas palabras: Dios há honrado al padre que floreció em su descendência. Honra a tu padre, y reza continuamente por él, para que seas anciano sobre la tierra y puedas vivir mucho tiempo (DHUODA, 1995, p. 81).

Para ilustrar seu conselho, Dhuoda cita os sábios conselhos de Salomão sobre a reverência devida aos pais. Neste momento, Dhuoda parece se lembrar das revoltas dos filhos de Luís, o Piedoso, pois conclama o filho:

[...] Obedece a tu padre em cualquier circunstancia importante y escucha su consejo, sé ayuda em su vejes, si com la ayuda de dios te es posible, y no lê contriste em su vida, no lê hagas sufrir mientras tú estés en la plenitud de tu vigor (DHUODA, 1995, p. 81).

Apoiada na Bíblia, Dhuoda cita, por exemplo, passagens que descrevem os castigos recebidos pelos filhos de Elí por terem desobedecido ao pai; a morte infame de Absalón, filho de Davi por ter se rebelado contra seu pai. Seu desejo explícito é de que o filho não negligencie durante sua vida o dever de prestar ao pai uma homenagem conveniente, fiel e segura, pois ninguém poderia ter acesso aos grandes senhores e ao máximo suserano sem que recebesse o posto de seu pai. Por isso, Dhuoda conclama o filho a amar primeiramente a Deus e, em seguida, estimar, respeitar e amar o pai, de quem procede a situação que ele desfruta no mundo.

Após salientar a importância do respeito ao pai, Dhuoda passa a tratar da reverência ao senhor e discorre sobre o papel dos conselheiros, a atitude quanto à família dos senhores, aos grandes e aos pequenos e o respeito aos sacerdotes. Ao advertir o filho sobre a conduta que deve assumir em relação ao seu senhor, Dhuoda diz:

[...] tienes a Carlos como señor, porque Dios, como creo, y tu padre Bernardo lo han elegido, para que tú le sirvas ya desde los primeros años de tu juventud con todas tus fuerzas, ten en cuenta que has salido de una familia elevada y noble por ambos padres; no le sirvas sólo por ser agradable a tus ojos, sino también conforme a tu inteligencia, tanto mediante el cuerpo como mediante el alma; guárdale en todo acontecimiento una fidelidad provechosa, leal y segura (DHUODA, 1995, p. 86).

Para Dhuoda, toda honra e autoridade é um dom de Deus, por isso seu filho deve servir aos seus senhores fielmente, sem desagrado, sem moleza e sem preguiça. Continua seu conselho da seguinte forma:

[...] por todo eso, hijo, te ruego que lo que tienes lo conserves fielmente com el cuerpo y com la mente mientras tengas vida. Creemos que te será de gran utilidad para ti y para tus familiares el crecer en el camino emprendido. Nunca, ni siquiera una vez, salga de tu boca una palabra infame e injuriosa por mucha que sea la infidelidad; no nazca ni prolifere en tu corazón el pensamiento de ser de algún modo infiel a tu señor. Quienes se comportan así son definidos con términos duros e infames. No creo que esto te suceda a ti o a los que vivan contigo; esta costumbre, como dicen, no se manifestó jamás en tus progenitores; jamás estuvo presente, ni lo está ni lo estará en el futuro (DHUODA, 1995. p. 87).

Na concepção de Dhuoda, seu filho deve ser humilde para pedir conselhos a quem os possa dar, pois, para servir bem ao senhor, ele necessita de conselhos sábios. Dhuoda espera que seu filho, algum dia, tenha o posto de conselheiro entre os grandes do reino, por isso solicita ao mesmo muito cuidado e astúcia com o que *pode* ser dito, o *modo* conveniente e oportuno, *quando* e a *quem* dizer. Para ela isto requer reflexão e prudência e, quando aplicado com sabedoria, atrairá as bênçãos de Deus, os favores dos homens, além de agradar fielmente ao senhor em todas as coisas.

Para Dhuoda, é na flor da juventude que os filhos devem ser aconselhados a ter temor e amor a Deus. Para tanto, cita exemplos de conselheiros como os de José junto ao Faraó, de Daniel diante de Nabucodonosor, de Baltazar, de Dario, dos chefes dos persas e dos Medas; de Jetro, o sogro de Moisés e de Aquior, o conselheiro de Holofernes, chefe dos exércitos pagãos. Ao mesmo tempo em que o insta a ter sabedoria para procurar bons conselheiros, Dhuoda pede que ele se afaste dos maus conselheiros, enumerando os perigos que podem decorrer de uma proximidade com eles.

Dhuoda dá especial destaque à disponibilidade do filho em servir a Carlos, o Calvo e a todos os seus parentes, com dedicação, desprendimento e fidelidade de corpo e alma. Para Dhuoda, esta atitude deveria inspirar todos a promover a paz. Não incorrendo em infidelidade para com seus senhores, colaborando com as pessoas de diversas posições sociais, honrando com palavras e ações, esforçando-se para ser caridoso, para respeitar devidamente os sacerdotes, Guilherme poderia ter uma vida feliz, com dignidade e distinção.

A veneração pelos sacerdotes e bispos é justificada por Dhuoda pelo fato de eles serem os intercessores por nossos pecados. Para ela, são eles que abrem as portas do céu e rogam constantemente pela nossa salvação.

Para Nunes (1995), Dhuoda tinha a convicção profunda de uma cristã lúcida e fervorosa. Para ela, fomos criados para Deus e só nele o nosso coração pode encontrar repouso. A terra é um mundo de passagem, um campo de experimentação, de prova, de atribulações, mas também de esperança, de aprendizado da verdade e do caminho da salvação. A nossa luz vem de Cristo, imagem palpável do Pai, que nos ilumina e fortalece com o dom do Espírito Santo. Se seguissemos os seus mandamentos, poderíamos viver em paz e na concórdia, apesar de todos os tropeços e fraquezas.

Dhuoda tinha plena consciência de que somente Cristo pode dar a verdadeira luz e, justamente por isso, cuidou de direcionar Guilherme para a trilha da autêntica vida cristã, reiterando que a fidelidade ao pai e ao senhor só se pode assegurar, quando enraizada no conhecimento e na prática da doutrina de Cristo.

Ao escrever sobre as virtudes, Dhuoda destaca a caridade como a mais especial¹⁸. Para ela, o filho deve crer no Pai e na Trindade rezando com muita fé, esperança e implorando com caridade àquele que verdadeiramente é chamado Deus. Observamos que ao dar este conselho ao filho como algo muito importante, Dhuoda se nutre do ideal do cristianismo primitivo.

¹⁸ Segundo Merino (1990), a caridade tem um papel decisivo entre outros autores contemporâneos a Dhuoda, como por exemplo, Alcuíno, Jonas de Orleans e Pulino de Aquiléia.

Caridad, segundo Izidoro de Sevilha, é um vocábulo grego que se interpreta em latim como amor, numa dupla vertente: o amor a Deus e o amor ao próximo. Ela menciona a importância de se recitar orações para todos os acontecimentos do passado, do presente e do futuro, aos vivos e aos defuntos¹⁹, exaltando a fidelidade ao rei, o respeito²⁰ que se deve ter para com os grandes dignatários, bispos e sacerdotes. Dhuoda faz uma comparação entre os sete dons do Espírito Santo com as oito Bem-aventuranças²¹, lembrando que o resultado desta soma são os quinze degraus ou graus de dignidade que se deve subir para alcançar a felicidade perfeita. Ainda com relação aos números, Dhuoda relaciona o número sete²² com o perdão dos pecados²³.

Segundo Merino (1990), Santo Agostinho, já assinalava as virtudes deste número. Neste sentido, percebemos nitidamente que Dhuoda enriquece seus conselhos, usufruindo as riquezas deixadas por diversos autores.

Dhuoda expõe para Guilherme que existem certas adversidades que podem acometer o homem, como tristeza, riqueza²⁴, perseguição, miséria, enfermidade, mas nenhuma delas deve ser motivo para separá-lo de Deus ou deixar de agradecer-

¹⁹ Merino (1990) nos informa que naquela época era costume oferecer orações aos defuntos. Os sacerdotes celebravam uma missa no primeiro dia, no sétimo dia e no décimo terceiro dia depois da morte de uma pessoa. A súplica aos defuntos se converteria no século X na principal tarefa dos monges de Cluny. Podemos considerar que este costume presente hoje na sociedade cristã é uma tradição herdada do medievo ocidental.

²⁰ Dhuoda se refere à importância da humildade, pois esta consiste em saber guardar silêncio quando os outros falam e esperar que um seja perguntado pelo outro.

²¹ Para fazer esta comparação, Dhuoda recorre a AGUSTIN, Sermão, 247 (PL 39, 1524).

²² Para explicar sobre o valor simbólico do número sete, Dhuoda recorre a ISIDORO, Numero 8 (PL 83, 186-188).

²³ Merino (1990) nos informa que naquela época existiam uns livros de penitência ou guias práticos destinados aos confessores. Neles se catalogavam os diversos pecados com suas respectivas penitências. Estas consistiam principalmente em mortificações mais ou menos duras e longas, de diversas naturezas, como multas, proibições temporais a respeito de relações conjugais, peregrinações inclusive o exílio temporal ou temporário. A catalogação dos pecados e das penitências se fundamentava no princípio teológico e indiscutível de que nenhum pecado cometido depois do batismo se pode perdoar sem a adequada satisfação mediante a penitência.

²⁴ Sobre o conceito de riqueza em Dhuoda, Y. BESMMERTNY, *Lê monde vu par une femme*, em “Lê Moyen Age”, 93, 1987, p. 176.

lo. O que Dhuoda quer ensinar a Guilherme nesta exortação é que não se deve esquecer, se separar ou deixar de agradecer a Deus, em nenhum momento, ou seja, mesmo vivendo situações de infortúnios, Deus está presente em nossa vida. A partir dessa premissa, para Dhuoda, existem dois nascimentos, o corporal e o espiritual, assim como existem também duas mortes, a do corpo e a da alma. Se o homem lutar com dignidade, pode fugir da segunda morte.

Para Bessmertny (1987), o juízo final aparece aqui como um processo medieval no qual cada um pode provar sua inocência. O ponto de partida de Dhuoda é a certeza de que a sentença do tribunal não está decidida de antemão. Podemos inferir então que, para Dhuoda, o destino da alma não está predestinado, pois depende das ações terrenas do homem.

Por acreditar que as ações terrenas determinam o prêmio das coisas celestes, ou não, Dhuoda não se cansa de solicitar ao filho que seja fiel a Deus e esteja sempre em sua companhia por meio das orações. Transcrevemos uma oração que Dhuoda recomenda ao filho para ser recitada sempre que tiver oportunidade:

[...]Tu eres compasivo y mesericordioso, justo y piadoso, clemente y veraz, ten misericordia de tu creatura y redimido com tu sangre; ten misericordia de mi y concédeme caminar en tus sendas de justicia; dame memoria y fuerza de ingenui para que yo sepa creer en ti con rectitud, amarte, temerte y alabarte, darte gracias y perfeccionar toda obra buena mediante una fe

ecta voluntad, Señor, Dios mío. Amén.
(DHUODA, 1995, p. 77).

Guilhermo deveria recitar as orações também aos seus senhores e familiares. Dhuoda volta a salientar a reverência que deve ter para com o pai, dando exemplos recebidos dos primeiros pais; o temor que se deve ter ao senhor (refere-se a Carlos, o Calvo); o respeito pela família dos seus senhores e a docilidade para com os pequenos.

Dhuoda valoriza a prosperidade terrena que, em sua concepção, é uma benção de Deus. Ao pregar o respeito ao pai, ela cita o exemplo das desavenças ocorridas na família de Ludovico Pio, quando os irmãos brigaram. Afirma que, para viver bem nesta terra, devemos nos preparar para viver nela. Pede que Guilhermo seja inteligente e observe os exemplos dos filhos obedientes. Para isso, recorre a personagens bíblicos como Isaac e Sem, filho de Noé, como exemplo de filhos abençoados que respeitaram a seus pais e foram premiados com vida longa e muitos bens.

Dhuoda enfatiza constantemente à Guilhermo a importância da prática da fidelidade ao seu senhor, o rei Carlos. Ela conhecia os valores que um nobre deveria ter para servir ao rei. Por isso pede a seu filho que seja fiel e amigo de Carlos. Que seja sensato, prudente e se sujeite às normas de seu senhor, respeitando, amando e venerando também sua família. Diz Dhuoda (1995), “ama a todos y serás amado por todos, quiéreles y serás querido” .

Dhuoda demonstra sua sabedoria ao convidar o filho para que observe o comportamento dos homens que freqüentam o palácio do rei, pois seu objetivo é torná-lo um nobre perfeito. Para tanto, insiste em regras básicas, como a virtude da humildade, o silêncio quando outros falam, o respeito aos grandes, pequenos e aos sacerdotes, aos quais Dhuoda se referia como pessoas eleitas para o ministério de Deus, intercessoras de nossos pecados e que congregam a santa Igreja de Deus (Riché, 1995, p. 101-102)

Para Dhuoda a perfeição exige um esforço e um exercício constante. Procura convencer o filho a se separar e evitar, com todo seu coração, pessoas malvadas, desonestas e soberbas e, ao contrário, seguir os exemplos dos bons homens. Para Dhuoda, o afastamento de más companhias seria vital para que seu filho se desenvolvesse como um homem bom e virtuoso.

Fala dos tempos perigosos em que seu filho vai viver e lhe recomenda, para sobreviver a essas adversidades, que siga sempre seu espírito, esteja vigilante e nunca se esqueça das orações.

Sobre os sete dons do Espírito Santo, apresentados pelo profeta Isaías, que são: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade, temor a Deus, Dhuoda ensina ao filho as práticas de comportamento, especialmente a virtude, a temperança, a probidade, e a fé para que ele possa não só viver bem no mundo terreno, mas, acima de tudo receber os dons do espírito santo.

[...] Si tu amas a Dios com todo tu corazón y profundizas em la lectura de los libros Del

Antiguo y Del Nuevo testamento, y pones en práctica lo que lees, descansará sobre ti *el espíritu de sabiduría*. Se investigas los discursos del Señor, como está escrito en Josué: Escrutad mis senderos, y también: Entonces conoceréis quién soy, comprenderás las amenazas del eterno suplicio y la gehenna preparada para los pecadores, e la gloria del reino que recibirán los dignos como digna recompensa a sus méritos, y descansará sobre ti *el espíritu de inteligencia*. Si en la prosperidad y en la adversidad marchas por el camino recto, con ese talante que ni en lo adverso te desmoralizas, ni en la prosperidad tu mente nunca se enorgullece, buscando el consejo del Señor para que se digne concederte su ayuda, con el fin de cumplir tus obligaciones en cualquiera de los casos, entonces tendrás *el espíritu de consejo*. Si eres fuerte contra los vivos y los arrojas a tus pies teniéndolos por nada, entonces tendrás *el espíritu de fortaleza*. Si fueres humilde de corazón y casto corporalmente, ciertamente podrás elevarte hasta lo más alto, y con seguridad podrás luchar *en espíritu da ciencia*. Si tuvieres una fraterna compasión para con el prójimo y practicares la hospitalidad, y si consuelas frecuentemente a los pobres y afligidos, tendrás *el espíritu de piedad*. Si permaneces en el temor y el amor, derivados de la fidelidad para con tu padre y tu señor e incluso para con los más nobles príncipes y todos tu iguales, más ancianos o más jóvenes, sin ofenderles ni caer en los escándalos de sus propias luchas, sin duda alguna en ti descansará *el espíritu del temor del Señor*. (DHUODA, 1995, p. 114)

Dhuoda pede que Guilherme evite a soberba, a arrogância e que tenha tranqüilidade de espírito, afirma que a ira descansa no coração dos tolos. Seu objetivo é mostrar ao filho algumas regras de boa convivência para aquela sociedade, sem excluir, no entanto, o temor a Deus, conseqüente da fidelidade ao pai, ao senhor, aos nobres, aos mais velhos e mais jovens. Para ela, este comportamento lhe garantiria a paz de espírito.

Dhuoda dá especial destaque à pobreza, solicitando a seu filho que não deprecie o pobre e que o ajude sempre que puder. O sentido que Dhuoda dá à palavra “pobre” não se refere apenas aos necessitados de bens materiais, mas também à pobreza de espírito que pode ser encontrada entre os ricos e os pobres.

Tudo vem do senhor, segundo Dhuoda. Neste sentido, lembra ao filho as atribuições pelas quais ele pode passar neste mundo e, para ilustrar este conselho, recorre a uma frase bíblica: “La vida Del hombre sobre la tierra no es otra cosa que tentación” (DHUODA, 1995, p. 135). Considerando que é Deus quem dá o remédio para a salvação do corpo e da alma, ela aconselha a filho a reconhecer e dar os méritos a Deus por qualquer coisa que lhe aconteça de útil ou digno na vida.

Dhuoda quer que seu filho persevere e produza bons frutos, assim terá a proteção divina. Orienta Guilherme a pedir perdão quando pecar, a lutar contra as tentações, a suportar com paciência as perseguições e a clamar pelo senhor nas horas de apuro.

Para Dhuoda a verdadeira sabedoria do homem está em seus valores internos. Para tanto, novamente recorre a personagens bíblicos para ilustrar seus conselhos, como Salomão e David: *Ricos em anos, vivian en la flor de la vida, y pobres de espíritu influían en todo y sempre, como tienes ya escrito más arriba: Bienaventurados los pobres de espíritu.* (DHUODA, 1995, p. 143).

Por meio de lições matemática envolvendo a simbologia dos sete dons e as oito bem-aventuranças, Dhuoda exorta Guilherme a observá-los fielmente, de forma a poder galgar os quinze degraus, ascendendo pouco a pouco ao número 100, ou seja, à perfeição

Para Dhuoda, esta perfeição, tão preconizada para o filho, poderia ser alcançada desde que ele observasse o caminho escolhido para trilhar na terra. Ela se refere, neste momento, ao nascimento e à morte. Dhuoda diz que existem dois tipos de nascimento e morte. O carnal, que ocorre com todas as pessoas independente de suas vontades; e o espiritual, que está ligado ao comportamento do homem aqui na terra, se é do “bem” ou do “mal”. Neste sentido, Dhuoda pede a seu filho que tenha respeito ao primeiro nascimento e persevere com o segundo nascimento. Ela compara a segunda morte com a morte da alma, da qual ele pode se livrar por meio de muita oração.

A esperança de alcançar uma vida celestial, pós-morte, leva esta mãe a exortar o filho a recorrer constantemente à oração. Dhuoda pede que ele ore pelos bispos, padres, reis, pelo pai e por seus adversários. Como o rei representa Deus na

Terra, ela o exorta à oração aos reis. Pede que reze continuamente pelos defuntos da família, por Teodorico, seu padrinho, e especialmente por ele mesmo.

Dhuoda deseja que as quinze partes graduadas, somadas das oito bem-aventuranças e dos sete dons do espírito santo tenham como resultado um aumento de horas e tempo de vida para Guilherme e também de sua inteligência. Por meio das palavras de Rábano Mauro, Dhuoda explica o significado das letras que compõem o nome de Adão,

[...] la a, alfa, que indica el oriente, es igual a 1; a la d, delta, que es occidente significa el 4; nuevamente la a, alfa, que es el norte, equivale a 1; y la m, my, que significa el sur, es 40 (RABANO, Apud, Dhuoda, 1995, p. 163).

Fala dos milagres de Jesus, traçando um paralelo com seu desejo de que Deus acrescente e multiplique suas virtudes.

Por meio de versos acrósticos com o nome do filho, para quem ela tece elogios, ela solicita, ao mesmo tempo, que ele faça oração por ela, pois seu grande desejo é ser acolhida no céu.

Dhuoda pede que Guilherme pague seus credores depois de sua morte, recita o nome dos defuntos da família, e compõe o acróstico que ele deveria escrever em seu túmulo após sua morte, o qual transcrevemos a seguir.

+ D + M +²⁵

De la tierra formado, aquí yace
 el cuerpo humano de Dhuoda;
 rey inmenso, recíbela.

Ha acogido esta tierra en sus profundidades
 el cieno frágil que le pertenece;
 Rey benigno, perdónala.

Vertida en sus propios llantos
 Le queda sólo la obscuridad del sepulcro;
 Tú, oh rey, absuelve sus pecados.

Oh vosotros, de toda edad y sexo, que váis
 Y volvéis por aquí, rezad diciendo así:
 Dios santo y grande, desata sus cadenas.

Detenida en el antro del sepulcro
 Por la muerte funesta, acabó su penosa vida;
 Tú, oh rey, perdona sus pecados.

A fin de que la negra serpiente
 No se apodere de su alma, rezad diciendo;
 Oh Dios, clemente, socórrela.

²⁵ Merino (1990) nos esclarece que estas letras significam coisas sagradas. É uma fórmula que aparece nas inscrições funerais, desde o final da república romana. O acróstico do epitáfio significam: Oh Dhuoda.

No pase persona alguna por aquí sin leerlo.

Conjuro a todos para que oren, diciendo:

Oh Dios, dale el descanso.

Envíale, oh Dios benigno, la luz eterna

Con tus santos, finalmente.

Que ella la reciba después de la muerte. Amén.

O desejo de Dhuoda era que, ao ler seu epitáfio, as pessoas se sentissem penalizadas e decidissem rezar e pedir a Deus pela sua alma. Como se considerava indigna do reino celeste, necessitava da absolvição de Deus para merecê-lo.

A última exortação de Dhuoda refere-se aos Salmos. Solicita que Guilherme os cante em situações de tranquilidade e de abandono. Aliás, Dhuoda cita não só os Salmos no decorrer de seu Manual como também muitas passagens do Antigo e Novo Testamento. Dhuoda, demonstrando uma crença e uma intimidade muito grande com o teor dos salmos, roga que seu filho os recite pelo pai, por todos os vivos, pelas pessoas queridas e por todos os defuntos. Para que pudesse merecer um lugar junto aos piedosos que atuaram dignamente aqui na Terra, Dhuoda suplica que Guilherme recite salmos como ajuda à sua alma.

Finalmente, Dhuoda solicita ao filho que recorra sempre ao Manual, que seja sempre um jovem nobre, forte e valente em Cristo. Ela termina seus escritos dando graças a Deus e usando as palavras do evangelho: *Todo se há consumado* (DHUODA, 1995, p.181).

Com essas palavras, Dhuoda demonstra não somente que está cumprindo seu papel de mãe educadora, grata e confiante em Deus, como também que aceita, humildemente, os momentos que podem ocorrer em sua vida e na vida de seus filhos, seja eles felizes ou desagradáveis.

Para Dhuoda, somente Cristo poderia dar a verdadeira luz e, justamente por isso, cuidou de orientar Guilherme para que percorresse a trilha da autêntica vida cristã, insistindo em que a fidelidade ao pai e ao senhor só se podia assegurar quando enraizada no conhecimento e na prática da doutrina de Cristo.

Dhuoda vivenciou uma infelicidade que só em alguns trechos do Manual deixa transparecer, pois a ela própria pouco se refere. Na verdade, do mundo de Dhuoda, severo e distante, chegam-nos sinais que o nosso senso histórico e nossa prudência crítica nos impedem de atribuir-lhes o seu genuíno significado humano. No entanto, de uma coisa temos certeza, Dhuoda foi uma mulher notável, pois, embora seu Manual não tenha sido aproveitado longamente por seu filho Guilherme, ele o foi por seu neto, Guilherme, o Piedoso, filho de Bernardo, segundo filho de Dhuoda, que parece ter posto em prática os conselhos da antepassada ao fundar, em 910, a Abadia de Cluny.

Segundo Almeida (2004), Guilherme da Aquitânia, neto de Dhuoda, doa a São Pedro e, portanto à Santa Sé, parte dos territórios por ele conquistados na região do Maconnais. Evidentemente ele procurou consolidar a posse desse território, situado no limite oriental de suas conquistas com a presença física do mosteiro e, sobretudo, com as relações pessoais e espirituais que, através dele,

poderiam ser estabelecidas com as casas da aristocracia das regiões circundantes. Ao referir-se a si mesmo no texto da carta de doação como “por dom de Deus conde e duque”, pretendia legitimar a autoridade sobre a Aquitânia, que nenhum príncipe lhe havia legado, como era de direito, por meio do assentimento dos presentes aos termos da carta e do apoio perene dos monges da nova casa de Cluny, manifesto através da presença eterna da memória do doador em sua liturgia. No entanto, naqueles tempos em que a autoridade imperial já desaparecera há pelo menos duas décadas, quando os senhores locais se apossavam dos direitos reais de nomeação das autoridades religiosas – os bispos e abades – o grande problema era a ingerência dos senhores sobre os domínios concedidos às casas religiosas.

Neste contexto, para a mesma autora, Guilherme abriu mão da tradição e deu liberdade a Cluny, declarando a abadia isenta de sua autoridade e da de seus descendentes e de qualquer outra casa leiga ou religiosa. Para assegurar essa liberdade, serviu-se de argumentos espirituais e lançou anátemas contra os supostos infratores. É nesse recurso, fundamentalmente que está depositada a esperança de Guilherme e de Cluny.

Podemos inferir que o gesto de Guilherme não poderia ser entendido por completo se fosse descartada sua dimensão religiosa. Tratava-se de uma atitude de fé pessoal, mas que pressupunha a fé da sociedade, gesto que correspondia à opinião de um segmento da aristocracia que aceitava o ideal de separação entre religiosos e leigos.

Deveríamos descartar que Guilherme era neto de Dhuoda, a qual, em sua obra, tinha-se esforçado justamente para promover no filho a virtude da renúncia, a consciência do seu papel social junto aos pobres e a piedade da recitação cotidiana dos salmos e orações? É possível esquecer que Dhuoda procurou empenhar seu filho na oferta freqüente da eucaristia por todos os fiéis defuntos, gesto que viria a se tornar a função primordial de Cluny?

Na carta de fundação do mosteiro, ainda segundo Almeida, Guilherme aludia ao “terrível julgamento”, ou seja, àquele individual que se segue à saída da alma do juízo final e, portanto, se abre para a existência da purgação e para os sufrágios dos mortos. Desta forma, podemos afirmar que Guilherme esteve envolvido, de fato, com uma devoção muito provavelmente herdada de sua avó Dhuoda. Neste sentido, uma abadia que marcou o início da reforma religiosa no Ocidente teve em seu nascimento, segundo Pernoud (1990), a influência de uma mulher.

É possível estudar o Manual de Dhuoda do ponto de vista do amor de uma mãe por um filho no século IX, pois ele permanece como exemplo para as mães cristãs de todas as épocas. Ou seja, seu *Manual* não tem apenas interesse histórico, mas continua, segundo Nunes, a ser a fonte de inspiração e “modelo” de educação cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo nesta dissertação foi analisar o modelo de educação proposto no século IX por uma mãe, cujo objetivo central era educar seu filho de acordo com normas aristocráticas e cristãs. Consideramos que a apropriação de certos comportamentos pelo indivíduo realiza-se a partir das necessidades do momento de uma sociedade e a partir da experiência que outros indivíduos têm para transmitir. Entendemos, portanto, que o ideal educacional está sempre relacionado ao período e à sociedade em que está inserido. Desta forma, os homens, de qualquer sociedade e de qualquer tempo, são educados a partir de valores, ideais e costumes condizentes e necessários ao momento presente e às relações de produção da vida de cada época. Em outras palavras, são as exigências de cada sociedade e de cada período que estabelecem padrões de comportamento, formas de pensamento e modos de agir para os homens que nela vivem.

No século IX, por exemplo, em relação à moral, à religião e às relações entre vassalo e rei, caso os homens quisessem fazer parte da nobreza, esperava-se que eles seguissem os ensinamentos dos padres da Igreja, que respeitassem sua linhagem familiar e exercitassem o hábito da fidelidade ao rei. Queremos dizer com estas considerações que, de acordo com nosso pensamento sobre educação, a formação dos homens está intimamente relacionada ao conteúdo histórico social de cada época.

Assim, no século IX, apesar de grande parte dos homens ainda estarem sobre as influências dos costumes carolíngios, muitos indivíduos já antecipavam comportamentos relacionados à forma social que vinha se instalando – a sociedade feudal. Isto só acontecia, porque o novo sistema, formado pela cultura romana e pela cultura dos povos novos do norte, já impunha aos homens uma forma diferente de se comportar.

Foi a partir da existência dessas duas realidades, ou seja, a desintegração do Império Carolíngio e o princípio do mundo feudal, que procuramos discutir o comportamento dos indivíduos daquele período, observando o lugar de grande relevância ocupado pela fidelidade na forma de os homens se relacionarem.

Tanto a obra de Dhuoda como as reflexões e interpretações de alguns historiadores ou estudiosos, que se dedicaram aos acontecimentos da época em questão, foram importantes para se ter uma melhor visão do objeto de estudo.

Por meio da obra de Dhuoda, pudemos identificar e analisar alguns elementos que nos forneceram uma imagem da transição, ou seja, da desintegração do Império Carolíngio e do início do feudalismo, que nos indicaram o caminho trilhado pelos homens durante o referido período. Percebemos também, que a grande preocupação de Dhuoda, ao aconselhar o filho a respeito da fidelidade, a nosso ver, deve-se ao fato da mesma ter assistido às disputas pelo poder entre os netos de Carlos Magno.

Esses fatos eram percebidos por Dhuoda como um problema, pois o valor da fidelidade estava sendo desgastado pelas disputas dinásticas, o que colocava em risco a própria sociedade. Havia necessidade de se redefinir a fidelidade de acordo com as novas proposições políticas. Afinal, o fato das mortes de Bernardo e de Guilherme terem ocorrido, aconteceram não por infidelidade a Carlos, o Calvo mas, por terem se mantido fiéis a Lotário. Podemos, assim, compreender, a questão da fidelidade como elemento que modificava a condição e a posição em que os homens ocupavam naquela sociedade.

Não encontramos na literatura por nós consultada, qual foi o fim da existência de Dhuoda, nem quando morreu, o que se sabe é que seu filho Guilherme, a quem destinou a obra, tendo como o pai Bernardo de Septimânia, tentado apoderar-se da Marca da Espanha, teve, segundo Pernoud (1990), o mesmo fim trágico do pai, sendo decapitado quando ainda não atingira seus vinte e quatro anos, por ter se mantido fiel a Lotário e infiel a Carlos, o Calvo.

No Manual, *La educacion cristiana de mi hijo*, Dhuoda, além de propor um modelo de educação calcado principalmente no conceito de fidelidade para aquele período, expressa também as relações sociais de um modo geral. A análise de seu Manual nos permitiu compreender os acontecimentos daquele momento e refletir sobre a forma como os homens se comportavam, seus costumes, enfim, como se relacionavam e produziam a sua educação.

Embora, indubitavelmente, tenhamos consciência de que nossos problemas e questões de hoje são outros, acreditamos que temos muito a aprender com as lições

deixadas pelos homens medievais, ainda tão presentes em nosso meio. Lembremos da frase de Chartre, [...] “somos anões empoleirados nos ombros de gigantes. Assim, vemos melhor e mais longe do que eles, não porque nossa vista seja mais aguda ou nossa estatura mais alta, mas porque eles nos elevam até o nível de toda a sua gigantesca altura”. (LE GOFF, 1995)

A partir dessa idéia de Bernardo de Chartre, ou seja, de que o passado sempre pode nos engrandecer, foi que decidimos analisar a obra de Dhuoda. Sua proposta pedagógica não só está em consonância com movimento social em que vivia, como também nos mostra que a referida autora soube absorver e analisar as questões de sua época de forma profunda, ou seja, expressando os sentimentos e as angústias de uma sociedade de caráter predominantemente religioso.

Enfim, não se pretendeu, com este trabalho esgotar todas as possibilidades de análise em relação à obra de Dhuoda e às transformações medievais ocorridas naquele período, por que isso seria impossível. Todavia, este trabalho apontou-nos para questões relevantes que permeavam o quadro social do século IX e permitiu-nos, não somente conhecer as mazelas e fatos ocorridos e existentes em qualquer sociedade de qualquer época, mas também os costumes, os comportamentos e a influência que deles herdamos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. B. *O alvo da história da Igreja e a história da Igreja como alvo: O exemplo da Idade Média Central*. In: www.pucsp.br/rever (20.07.04).
- ANDRADE FILHO, O. Mito e Monarquia na Hispânia Visigótica Católica. In: OLIVEIRA, T. (org.) *Luzes sobre a Idade Média*. Maringá: EDUEM, 2002.
- ARQUILLIÉRE, H. X. *L'augustinisme politique*. Paris: J. Vrin, 1972.
- AQUINO, TOMÁS de. *Escritos Políticos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARIÉS, P. e DUBY, G. (org.). *Historia da vida privada*, do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Cia das Letras, 1991, v.1.
- AZEVEDO, A. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BARR, C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- BAUER, C. *Breve história da mulher no mundo medieval*. São Paulo: Xamã, Edições Pulsar, 2001.
- BATISTA, J. *História da Baixa Idade Média*. São Paulo: Ática, 1989.
- BECKER, PH. A, *Dhuodas Handbuch*, en: *Zeitschrift für Romanische Philology*, 21 (1897).
- BERTINI, F. e CARDINE, F. *Medioevo al femminile*, Bari: Laterza, 1989.
- BESSMERTNY, Y. Le monde vu par une femme noble au IXe siècle. La perception du monde dans l' aristocratie carolingienne. In: *Le Moyen Age*, nº. 93, 1987, p. 161-184.
- BLOCH, M. *A sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BOÉCIO, *Consolação da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- BONDURAND, E. *Lê Manuel de Dhuoda*, Paris: Éditeur Alphonse Picard, 1887.
- BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. N° 9.394/96.
- BRUNHOLZL. *História de la literatura latina du Moyen Age*. Brepols: Louvain-la-Neune, 1991, v. I.
- COSTA, R. *Um exemplo de Príncipe e profano: a representação das virtudes do bom governo e os vícios do mau governo nos afrescos de Lorenzetti*. In: www.ricardocosta.com (20.07.04).
- DAWSON, C. *Ensaio acerca da Idade Média*. Madrid: Aguilar, 1956.
- DIAS, I. *A educação feminina na Idade Média: damas e religiosas*. Maringá: UEM, 2001. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- DHUODA. *La Educación cristiana de mi hijo*. Pamplona: Editora Eunate, 1995.
- DUBY, G. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- DUBY, G. *História das mulheres. A Idade Média*. São Paulo: Afrontamento, 1990.
- DUBY, G. (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1990.
- DUBY, G. *O Tempo das Catedrais. 980 – 1420*. Lisboa: Editora Estampa, 1979.
- DUBY, G. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Editora 70, 1987.
- DUBY, G. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUBY, G. *A Idade Média na França*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.
- DUBY, G. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, G. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- ERASMO. A civilidade pueril, *Revista Intermeio*, v. 1, n. 2, 1995, p. 1-64.
- FRANCO JÚNIOR, H. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- FALBEL, N. Hincmar, arcebispo de Reims, e os dois poderes. In: SOUZA, J. R. C. *O reino e o sacerdócio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- FONTAINE, J. *Fábulas de La Fontaine*, São Paulo: Editora Vila Rica, 1992.
- GANSHOF, F.L. *Que é feudalismo?* Lisboa: Europa América, 1968.
- GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GIORDANI, M. C. *História do mundo feudal*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- GUIZOT. *História da civilização na Europa*. Lisboa: Livraria Editora, 1907.
- GUIZOT. O estado da sociedade religiosa no século V. In: OLIVEIRA, T. *Apontamento 77*. Maringá: UEM, 1999.
- HADOT. P. Furstenpiegel, em *Reallexion für Antike und Christentum*, 1972.
- HALPHEN, L. *Carlos Magno e o Império Carolíngio*. Lisboa: Editora Início, 1971.
- IZIDORO, S. Etimologias, VIII, 2,6. In: DHUODA, *La educación cristiana de mi hijo*. Pamplona: Editora Eunates, 1995.
- L' HERMITE-LECLERQ. A ordem feudal. In: DUBY, G. e PERROT, M. (org.). *Historia das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1990.
- LAUAND, L. J. *Educação, Teatro e Matemática Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- LAUAND. L. J. *Educação e Cultura na Idade Média*. S. Paulo: Martins Fontes, 1998
- LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1983.
- LE GOFF, J. *O Homem Medieval*. São Paulo: Editora Presença, 1989.
- MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1990.

- MARROU, H. *História de la educación em la Antigüidade*, Buenos Aires: Editora Kapelusz, 1965.
- MELLO, J.R. *O Império de Carlos Magno*. São Paulo: Ática, 1990.
- MERINO, M. Clemente de Alejandria. Madrid: Editora Eunates, 1994.
- MILETO, T. *Os filósofos pré-socráticos*, São Paulo: Editora Cultrix, 1972.
- NUNES, R. *História da Educação na Antigüidade Cristã*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- NUNES, R. *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- NUNES, R. O dever da fidelidade no Manual de Dhuoda. In: SOUZA, J. R. C. *O reino e o sacerdócio*. Porto Alegre: EDIPUCR, 1995.
- OLIVEIRA, T. O feudalismo e a educação nos castelos medievais. In: *Anais Completos*. II Ciclo de Estudos Medievais. Maringá: EDUEM, 2000, p. 148-155.
- OLIVEIRA, T. *Guizot e a Idade Média: Civilização e lutas políticas*. Assis. UNESP, 1997, (Tese de Doutorado).
- ORLEANS, J. De Institutione Régia. Paris: J. Vrin, 1930.
- PERNOUD, R. *A mulher no tempo das catedrais*. Lisboa: Grativa, 1990.
- PERNOUD, R. *A mulher nos tempos das cruzadas*. Campinas: Papyrus, 1993.
- PERROY, M. *História geral das civilizações*. Lisboa: Difusão Européia do livro, 1974.
- PIRENE, H. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966.
- PLÍNIO. História da Natureza, VIII, 14, Editora Ernout. In: *DHUODA, La educación cristiana de mi hijo*. Pamplona: Editora Eunates, 1995.
- PRELOT, M. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Presença, 1973.
- KARNAL, L. L. (org.) *O Ensino religioso na escola pública do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Brasil do Prata Ltda, 2002.

- RABANO, M. PL, 107-198. In: DHUODA, *La educación cristiana de mi hijo*, Pamplona: Editora Eunates, 1995.
- RIBEIRO, D. A Igreja nascente em face do estado Romano. In: Souza, A. C. R. *O Reino e Sacerdócio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- RICHÉ, P. *Grandes Invasões e impérios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- RIVERA GARRETAS. *Textos y espacios de mujeres*. Barcelona: Eunates, 1990.
- RIVERA, R. J. F. El Adopcionismo en Espana, VIII, Toledo, 1980. In: DHUODA, *La educación cristiana de mi hijo*. Pamplona: Editora Eunates, 1995.
- RODRIGUES, A produção intelectual eclesiástica no processo de consolidação da Igreja e de consolidação da Igreja e de legitimação da monarquia suevas. In: OLIVEIRA, T. (org.). *Luzes sobre a Idade Média*. UEM: Maringá, 2002.
- ROSA, L. *Storia della cathechesi medievale*. Messina: ESUR, 1991.
- SOUZA, B. J. (coord.) *O mais documento da Língua Francesa. Ensaio sobre a parte francesa dos juramentos de 842*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SOUZA, J. A. C. R. *O reino e o sacerdócio: O pensamento político na alta Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- TOUBERT, P. La théorie du mariage chez les moralists carolingiens, en AA. Spoleto VV., *Il matrimonio nella società altomedievale*, I, Spoleto, 1977, pp. 234-241.
- WEMPLE, S. As mulheres do século V ao X. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. (Idade Média – vol. 2).

ANEXO